



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO
DE DOIS MIL E CATORZE.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Na última sessão de vinte e oito de dezembro o Sr. Deputado Nuno Caetano solicitou uma correção na ata da tomada de posse de dezoito de outubro de dois mil e treze.

Efetivamente os votos tinham sido em branco e não contra. Portanto, essa correção já foi feita. Se consultarem o *site* do Município, nomeadamente o local das atas da Assembleia Municipal, poderão verificar que a alteração já está efetuada, tal como me tinha aqui comprometido.

Relativamente à ata de vinte e oito de dezembro de dois mil e treze pergunto aos Senhores deputados se há alguma correção a fazer?

Não havendo, passaríamos à votação da ata do dia vinte e oito de dezembro.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de dezembro de dois mil e treze foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Nós que estamos aqui nesta Assembleia quase todos trabalhamos e temos a nossa vida. Acho que não é de muito bom-tom, nem muito agradável, para nós, recebermos a documentação para a Assembleia na segunda-feira e na quarta-feira. Eu posso-vos dizer que não li a maior parte dos documentos porque não pude. Portanto, não posso votar em algo que eu nem sequer li porque não foi entregue atempadamente. De acordo com o Regimento teríamos um determinado período para o fazer o que não aconteceu. Noutras situações aconteceu também chegar um bocadinho mais tarde e não no tempo correto mas ainda dava tempo. Falo por mim e devido à quantidade de matérias que era para analisar não tive sequer tempo para ler os documentos. Também sei que houve outras pessoas que não leram, de certeza absoluta.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como sou o Presidente da Assembleia não posso dizer que sou alheio a esta situação. Já não é a primeira vez que se envia a documentação em duas fases. A reunião de Câmara aconteceu na última sexta-feira, dia vinte e um de fevereiro, e não na quinta-feira como estava previsto. Também me parece que houve um problema com os fotocopiadores o que atrasou o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

envio dos documentos. Sendo que, a lei diz que os documentos têm que chegar com quarenta e oito horas de antecedência. Normalmente a documentação tem sido enviada com dez dias de antecedência.

Eu sou defensor do debate e do diálogo e de que as pessoas se preparem minimamente para o trabalho que aqui vimos realizar.

Pessoalmente peço as minhas desculpas pelo atraso mas, como digo, nem sempre as coisas correm como se pretende e quer e espero que isso não afete, tanto como deixou transparecer, o debate.

Quero também felicitar o Sr. Deputado Vilafanha pela eleição para Presidente da Comissão Concelhia do Partido Social Democrata. Desejar-lhe os melhores êxitos na sua tarefa, que, se calhar, não vai ser muito fácil. Espero o seu contributo para termos aqui um debate construtivo e acessível, se for necessário.

Queria também realçar que é a primeira vez que temos nesta Assembleia Municipal três partidos políticos representados ao melhor nível, uma vez que, temos como Membros da Assembleia os dois Presidentes das Concelhias do PS e do PSD e também o Sr. Dr. Luís Lagos que foi eleito para um cargo de referência no CDS-PP. Portanto, penso que, efetivamente, a Assembleia Municipal está neste momento mais rica em termos de representação ao mais alto nível das forças políticas desde que eu por aqui ando. Não me lembra de alguma vez estar o líder do PS e o líder do PSD como Membros da Assembleia Municipal.

Não queria deixar de fazer uma referência de agradecimento ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pelo magnífico trabalho com que já nos presenteou referente ao Foral de Oliveira do Hospital.

Também quero dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho que tem estado a fazer de forma a salientar-se este marco histórico na vida do nosso Concelho.

Somos um dos Concelhos que mais ex-Concelhos tem. Doze desses ex-Concelhos comemoram este ano quinhentos anos pela atribuição de Foral.

Este é um bom momento de reflexão e debate político. Quando for na discussão do Regimento, se não me esquecer, tentaria debater um pouco mais este assunto.

De referir também que relativamente ao Ponto II da Ordem do Dia, vai ser necessária a assinatura de todos os Membros da Assembleia e por isso não poderão sair sem primeiro assinar os documentos.

No Ponto III vai ser incluído mais um documento que os serviços de apoio à Assembleia Municipal irão distribuir por todos os Membros.

Relativamente ao Ponto V também irá ser distribuído um novo documento para substituir o Acordo de Execução de Delegação Legal de Competências na Junta de Freguesia de Avô.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente o Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Luís Filipe Nina Mendes e o Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Luciano Marques Correia, que apresentaram justificação e solicitaram substituição. Os referidos Presidentes de Junta foram substituídos, respetivamente, pelo Exmo. Sr. Armando Cortez Vicente e pela Exma. Sra. Maria Fernanda Rodrigues Cruz Martins.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Cristina Fernandes Oliveira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão ao Orçamento para 2014 e às Grandes Opções do Plano para 2014/2017.

III - Apreciação, nos termos do n.º 1 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de nomeação de auditor externo para Certificação legal de contas.

IV - Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), n.º 1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro.

V - Autorização para celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução nas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de São Gião.

VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

VIII - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1, do artigo 26º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez referência à correspondência recebida por este órgão deliberativo e procedeu à leitura da Moção enviada pela Câmara Municipal de Elvas:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“MOÇÃO – NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUCOS EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS.

Considerando que é uma obrigação dos autarcas a defesa dos interesses da população que representam;

Considerando que o acesso aos medicamentos para o tratamento mais adequado dos doentes oncológicos está a ser posto em causa, contra os interesses legítimos dessa população que temos obrigação de defender;

Considerando que tal medida afeta milhares de doentes em situação de grande fragilidade e que, lutando contra uma doença grave, não podem estar sujeitos a ações que contribuam para degradar a qualidade dos serviços de saúde que lhes são prestados;

Importa que todos os cidadãos do país, e os autarcas em particular, tomem conhecimento que o Despacho nº 13877-A/2013, publicado em Diário da República de 30/10/2013, tem implicações graves para as populações. Essas implicações têm sido amplamente discutidas pela comunidade médica, pela Ordem dos Médicos, pelas associações de defesa dos doentes oncológicos e difundidas pela comunicação social nacional.

O Despacho em causa visa limitar o pedido de Autorização Excepcional para uso de terapêuticas inovadoras aos designados Centros Especializados para Utilização Excepcional de Medicamentos (CEUEM). A referida limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os CEUEM a três unidades: os IPO's de Lisboa, Coimbra e Porto.

Importa tomar em atenção os argumentos apresentados pela Ordem dos Médicos, pelo Colégio de Oncologia e por largas dezenas de médicos oncologistas portugueses que, em documento, contestam esse Despacho do Secretário de Estado da Saúde, por considerarem:

- que o referido despacho é “discriminatório para com os doentes afastados dos grandes centros médicos e contrário a um acesso justo e equitativo aos cuidados de saúde, defendendo a sua suspensão imediata”;

- que o despacho é “atentatório da saúde dos doentes, gerador de profundas desigualdades regionais, afastando os doentes do interior do país da acessibilidade a potenciais terapêuticas, potenciador de racionamento e que se baseia em explicações sem fundamento”;

- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra são discriminados negativamente no acesso a terapêuticas inovadoras que careçam de autorizações especiais de utilização (AE)”;

- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra, pelas longas distâncias que passam a ser obrigados a percorrer, alguns já em condição mais débil, são mais rapidamente condenados à morte”;

- que muitos hospitais do país “passam a ser proibidos de tratar alguns doentes que possam beneficiar de terapêuticas que necessitem de AE do INFARMED!”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Despacho refere ter “o objetivo de reforçar a racionalidade, equidade e excecionalidade do recurso a estas Autorizações Excepcionais (AE) para medicamentos dependentes de avaliação prévia pelo INFARMED”. Os médicos oncologistas e a Ordem dos Médicos consideram que estas explicações “são enganadoras e as consequências serão as opostas”, como a seguir apontam:

“1 – A autorização de AE não depende do hospital de origem do pedido mas sim do caso clínico e da fundamentação técnica e científica da utilização do medicamento proposto.

2 – Obrigar doentes do interior a percorrer grandes distâncias para poderem ser tratados não gera equidade, bem pelo contrário, agrava tremendamente as desigualdades.

3 – Ao afastar os doentes da acessibilidade à terapêutica não se introduz racionalidade mas sim racionamento geográfico, o que é inadmissível.

4 – Os Hospitais que, prejudicando doentes, bloqueavam pedidos de AE, manterão o mesmo comportamento, agora não enviando os doentes para os ditos e limitados Centros Especializados para Utilização Excepcional de Medicamentos (CEUEM).

5 – Ao concentrar mais doentes em Hospitais que já têm tempos de espera, vai atrasar-se ainda mais a análise e o processo terapêutico destes doentes, que correrão o risco de morrer antes de receberem o tratamento que lhes pode prolongar significativamente e melhorar a qualidade de vida.

6 – Há muitos centros de excelência no tratamento de doenças oftalmológicas e oncológicas fora dos três grandes centros médicos do país, o acesso ao conhecimento científico e aos protocolos terapêuticos é universal, as AE são autorizadas pelo INFARMED, o que garante o seu rigor de aprovação, pelo que o presente Despacho é totalmente desprovido de necessidade e de sentido.

7 – O Despacho contraria a responsabilidade científica no exercício da profissão médica e a relação de confiança entre médico e doente para os médicos especialistas que trabalham fora destes centros, porque a sua decisão passou a ter que ser validada por colegas destes centros (quicá até menos graduados e com menor tempo de exercício da especialidade).

8 – O significativo número de AE utilizadas pelos médicos para poderem tratar os seus doentes deve-se apenas ao extraordinário atraso, em muitos casos de vários anos, imposto artificialmente pelo INFARMED à aprovação de inovação terapêutica, com graves prejuízos de muitos doentes. Por exemplo, há fármacos na área da Oncologia, sem alternativas terapêuticas, com um atraso de quatro anos de decisão de comparticipação, numa forma explícita e intolerável de racionamento.”

Não havendo intervenções relativamente a esta matéria, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital aprovou por unanimidade a presente Moção.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital manifestou a sua total discordância com o teor do Despacho nº 13877-A/2013, de 30 de outubro, do Secretário de Estado da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Saúde e igualmente manifestou a sua total solidariedade com os doentes oncológicos do concelho, da região e do país.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital defendeu a suspensão imediata do Despacho nº 13877-A/2013, de 30 de outubro, e a adoção de medidas por parte do Ministério da Saúde que visem a procura de soluções adequadas ao correto e racional tratamento dos doentes, sem quaisquer disparidades geográficas e sem restrições no acesso a novos medicamentos aprovados na União Europeia.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital apoia as iniciativas da Ordem dos Médicos, do seu colégio de Oncologia, dos médicos oncologistas e das associações de defesa dos doentes oncológicos contra a implementação deste Despacho e contra todas as medidas que visem racionar, dificultar ou impedir o acesso dos doentes com cancro aos medicamentos que permitam tratá-los com maior eficácia, melhores resultados e nas instituições de maior proximidade.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital reconhece que em todos os hospitais do nosso país onde existem unidades de tratamento de doentes com cancro há médicos oncologistas com elevada competência que merecem a confiança dos seus doentes e que, por isso, também merecem o nosso apoio e reconhecimento.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital deliberou ainda dar conhecimento da aprovação desta Moção a: Sua Excelência o Presidente da República; Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República; Sua Excelência o Primeiro-Ministro; Sua Excelência o Ministro da Saúde; Exma. Presidente da Comissão Parlamentar da Saúde; Todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Exmo. Bastonário da Ordem dos Médicos; Associação de Defesa dos Doentes Oncológicos e Órgãos de Comunicação Social.

Seguidamente, e nos termos da alínea b), artigo 5º, do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, foi solicitada a designação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal para a constituição do referido Conselho Municipal da Juventude.

Pelo Partido Socialista foi designado o Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira e pelo Partido Social Democrata foi designado o Sr. Deputado, Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Tal como deve ser do conhecimento público, o restauro de três figuras, na primeira capelinha e na segunda capelinha do Anjo da Guarda pertencentes ao Santuário da Nossa Senhora das Preces no Vale de Maceira, Freguesia de Aldeia das Dez, muito embora tenha sido o restauro levado a cabo já em dois mil e sete, este restauro foi recentemente posto em causa. Este restauro foi inclusive considerado como, “*um ato criminoso*” pela Dra. Sandra Costa Saldanha Diretora da Secretaria dos Bens da Igreja. Como é evidente não suponho que o Município tenha responsabilidade sobre os bens da Igreja. Contudo, fazendo este Santuário parte da história e identidade do nosso Concelho julgo pertinente lembrar esta Assembleia Municipal que o nosso património nem sempre é devidamente conservado. Do mesmo modo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lembro que antes deste caso se tornar mediático poucos acompanhavam com preocupação as necessidades deste Santuário em particular.

Como tenho raízes na referida aldeia, e pelas razões assinaladas, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se estão previstas medidas para proteger este género de património e se possível que nos esclareça sobre a efetiva gravidade deste caso.

Muito obrigado.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Peço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que hoje ponha o relógio um bocadinho mais lento porque eu não costuma usar muito tempo e hoje vou ser um bocadinho mais longo.

Trago aqui duas situações que acho que são muito importantes e por isso gostaria de as apresentar: A primeira é uma situação que é recorrente nesta Assembleia, já falámos neste assunto muitas vezes, e sinceramente gostaria de não voltar a falar, mas infelizmente tenho que novamente referir este problema que nos afeta a todos.

A alguns anos a esta parte, temos vindo a reivindicar a construção dos IC's. Já foi feita uma parte mas que parou a meio de um pinhal. Contudo, há algo importante que todos sentimos. Penso que não é um problema partidário, e não se refere a uma estrada que tenha cor política, mas esta zona do País também paga impostos como paga também o resto do país e esta obra poderia proporcionar o desenvolvimento da região. Isso não tem acontecido e por isso gostaria de hoje apresentar aqui uma Moção como mais uma forma para fazermos sentir o nosso descontentamento e a nossa revolta por esta situação. Trago aqui uma Moção de reivindicação dos Itinerários Complementares IC6, IC7 e IC37 que vou passar a ler e que gostaria de ver votada nesta Assembleia Municipal:

“Moção de Reivindicação dos Itinerários Complementares IC6, IC7 e IC37 no Relatório Final do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado.

O Relatório do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GT IEVA), atualmente em discussão pública, não contempla no plano de investimentos rodoviários, a construção dos Itinerários Complementares IC6, IC7 e IC37.

Os Itinerários Complementares em causa, previstos no Plano Rodoviário 2000 para resolver os constrangimentos de acessibilidades da região em torno da Serra da Estrela, servem uma zona desfavorecida do país com mais de cem mil habitantes, e onde existem milhares de empresas que diariamente se veem obrigadas a circular numa rede de estradas totalmente obsoletas e que remontam ao tempo da monarquia.

A execução dos IC's 6, 7 e 37 consta do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-Centro), que é um instrumento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios da Região Centro, sendo assumidos como vias de estruturação urbana desta zona do país.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estes itinerários, que foram considerados como “Eixos Prioritários de Coesão”, são absolutamente indispensáveis ao desenvolvimento de toda esta região do país. A sua não construção é uma verdadeira sentença de morte ao interior do país, pondo-se em causa o equilíbrio e a coesão territorial que vem sendo defendida tanto pelo Governo do país como pela própria União Europeia.

Numa região onde existe um tecido industrial com forte vocação exportadora, e uma das principais vias de comunicação da região na ligação à fronteira de Vilar Formoso e à autoestrada Norte-Sul, continua a ser a Estrada Nacional 17, que remonta ao tempo da monarquia.

Também conhecida como Estrada da Beira, a EN17 – conforme demonstram as estatísticas – é hoje uma estrada altamente degradada, com grande sinistralidade rodoviária e que, em consequência da introdução de portagens nas ex-SCUTs, nomeadamente na A25, regista atualmente um intenso volume de tráfego de pesados.

Dos itinerários complementares (IC) que foram incluídos no Plano Rodoviário Nacional 2000, o único IC que entrou em obra foi o IC6 que ficou por concluir e encontra-se encravado no meio de um pinhal, à saída de Tábua.

Perante estes factos, que merecem a solidariedade, já expressa, dos concelhos dos distritos de Coimbra, Viseu e Guarda, não temos dúvidas de que a Comissão nomeada pelo Governo, ao não incluir estes investimentos no Relatório Final do GT IEVA, contraria a própria política do Governo que defendia que “todas as regiões que foram desfavorecidas, em termos de investimento público, iriam ser beneficiadas no futuro”.

Portanto, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, em sintonia com o Executivo da Câmara Municipal, entende este Relatório Final como um documento de cariz político, e cujo trabalho não terá assente em critérios como a coesão social, o desenvolvimento económico e a sustentabilidade das regiões desfavorecidas ou sequer os índices de sinistralidade rodoviária.

Porque estamos a falar de projetos que já estão num estado de maturidade avançado, os quais possuem a respetiva Avaliação de Impacto Ambiental, e constam do Plano Rodoviário 2000, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital entendeu apresentar esta Moção de Reivindicação, com vista a que, na fase de discussão pública, os IC's 6, 7 e 37 sejam incluídos no conjunto de investimentos considerados prioritários.

Portugal não pode, de forma alguma, desperdiçar uma oportunidade para resolver os problemas de acessibilidades desta região, aproveitando os fundos comunitários que estarão disponíveis no Quadro Comunitário 2014/2020 para executar estes investimentos.

Para o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, a reivindicação da construção destes itinerários não pode ser uma luta partidária. Deve antes ser a luta de toda uma região, e de todos os partidos políticos, porque estas estradas não têm cor político-partidária, mas obrigam a uma decisão política imediata. Estas estradas são



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fundamentais para o desenvolvimento de toda uma região que se encontra com o seu futuro hipotecado.

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, não pode também deixar de salientar aqui, a luta incansável que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Prof. José Carlos Alexandrino, vem travando ao longo destes anos todos para que estas acessibilidades se tornem uma realidade.

Registamos a postura de união de forças que o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino tem promovido junto de diversos autarcas e empresários da região, bem como todas as suas tentativas de sensibilização dos decisores políticos para a importância destas rodovias.

Nessa perspetiva, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital entende que é altura de todos falarmos a uma só voz, e convida todos os deputados com assento nesta Assembleia a subscreverem esta Moção de reivindicação.

No período entre 2014/2020, Portugal vai receber mais de vinte e um mil milhões de euros em fundos estruturais, sendo que a parte mais significativa (cerca de dezassete mil milhões de euros) deverá ser canalizada para as regiões menos desenvolvidas.

Posto isto, quem compreenderá que a região da Beira Serra, ao fim de trinta e quatro anos de um ciclo de fundos comunitários, em que entraram no país milhões de euros, fique privada de infraestruturas rodoviárias minimamente condignas e com o seu futuro completamente hipotecado?

A região da Beira Serra não pode consentir que os decisores políticos não executem obras que foram incluídas no Plano Rodoviário Nacional 2000.”

Esta Moção é referente a um assunto que nos toca a todos e penso que todos nós estamos interessados para que estas infraestruturas sejam executadas. O meu apelo é para que esta Moção seja aprovada por unanimidade.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Irámos colocar a Moção apresentada pelo Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, e de seguida o Sr. Deputado prosseguia a sua intervenção.

Relativamente a esta Moção pergunto se algum Deputado se quer inscrever para a sua discussão?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais queria felicitar o Sr. Deputado Dr. Nuno Vilafanha pelas novas funções em que está investido. Desejar-lhe as maiores felicidades desde que essas alegrias não colidam com as nossas.

Devia ser desígnio do Governo português defender os seus cidadãos, dar resposta às dificuldades das populações, ouvir as pessoas, entender as suas necessidades, encontrar soluções.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas quarenta anos depois da conquista da democracia estamos cada vez mais longe de cumprir Abril.

O que este Governo tem feito é virar sucessivamente as costas ao Povo. Acusá-lo de ser culpado da crise. Negar-lhe o acesso à saúde, à cultura, ao progresso. Fechando serviços e isolando regiões.

E se é verdade que este Governo tem, no seu maniqueísmo político, penalizado a generalidade dos portugueses, é ainda mais cruel a forma como tem olhado para o interior. Estamos a retroceder décadas no trabalho de dissipação das desigualdades entre o litoral e o interior.

Se é verdade que a democracia se faz na rua, pelo Povo, é também urgente que os seus eleitos nas instituições que a devem garantir a façam acontecer. E é por isso que manifesto o meu apoio à Moção aqui apresentada pelo Deputado Raul Dinis. Porque é urgente gritar basta! Porque é de direitos fundamentais que estamos a falar. À população deste Concelho é devida a construção de vias rodoviárias que serão determinantes para o desenvolvimento desta região. Continuarmos a pactuar com quem nos nega esse direito é demitirmo-nos do nosso dever. Apelo, por isso, a que todos se juntem neste apoio.

Esta não é uma questão de lutas partidárias. É maior que isso. Esta é uma questão fundamental para Oliveira do Hospital e para os nossos concidadãos. A conclusão do IC6, 7 e 37 não pode continuar a ser um sonho adiado. É um investimento estratégico para toda a região. Temos que adensar esta luta porque fazemo-la contra um Governo à deriva que tem como missiva destruir o país e vê-lo definhar. Não o podemos permitir. Devemos a nossa luta a quem em nós confiou para que os defendêssemos. É urgente incluir este investimento, que é estruturante para o desenvolvimento e coesão da região, na lista de investimentos prioritários. É tempo de pôr fim a esta injustiça. É tempo de dizer a quem ocupa São Bento que foram eleitos para servir as populações. Que não podem continuar a virar-lhes as costas. Que nós cá estaremos para a luta.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Depois de ouvir esta palavras quase que dá vontade de não votar. Nesta questão do IC6, IC7 e do IC37 não se deveriam sequer focar questões partidárias. Acho que se “estragou a pintura” com esta intervenção.

Como se sabe, quem manda e quem define as diretrizes não é o Governo. Existem diretrizes Comunitárias que falam sobre estes aspetos.

Nós concordamos com esta Moção e também a maioria das pessoas concorda com a construção destes IC's.

Acho que também se deveria referir na Moção o esforço que tem sido feito pelas pessoas do PSD. Falo de pessoas e de Deputados aqui de Oliveira do Hospital, nomeadamente a Sra. Vereadora, Dr. Cristina Oliveira, e de outros membros que connosco têm trabalhado para ver se conseguimos arranjar uma solução para o IC.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acho muito bem que se reconheça o papel do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino que todos sabemos, e eu particularmente sei, que tem feito tudo o que pode relativamente a este assunto, mas também é de toda a importância reconhecer o papel que nós, enquanto Partido Social Democrata e enquanto pessoas que estão a trabalhar no Partido, temos feito na tentativa de mudança deste sistema e com a intenção de se tentar construir a estrada. Esse é o reparo que eu tenho a fazer. Coloquem e reconheçam o nosso esforço e o esforço da Sra. Vereadora, Dra. Cristina Oliveira.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por dizer que vou votar favoravelmente a Moção mas fico triste porque esta Moção nos chega aqui como a Moção do Partido Socialista. Se o espírito fosse não partidizar...”

Acho que o Partido Socialista deveria ter começado com a perna direita e deveria convidar os outros partidos para que em conjunto apresentássemos uma Moção nesta Assembleia Municipal.

Uma Moção em conjunto teria muito mais força e faria muito mais eco nos órgãos de decisão do que uma Moção promovida pelo Partido Socialista votada por unanimidade nesta Câmara. Acho que faria sentido, e ainda estamos a tempo de o fazer, e se não queremos dividir e se não queremos partidizar, ainda estamos a tempo de o fazer: Uma Moção que englobe todos os membros e uma representação de todos os partidos com assento nesta Assembleia Municipal, quer do PS, do PSD e do CDS e porque não mesmo de quem cá não está, porque eu sei que também defende a construção destas estradas, como o Partido Comunista Português. E assim, é Oliveira do Hospital a falar ao Terreiro do Paço; E assim, não é o Partido Socialista a trazer uma Moção à Assembleia Municipal que é votada por unanimidade mas que não tem a mesma força. Faço-vos esse desafio porque ainda estamos a tempo.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Já irei à questão levantada pelo Dr. Luís Lagos, mas antes tenho que dizer algumas coisas:

Disse-se aqui que este grupo de trabalho que fez o relatório para os Investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado é um grupo de trabalho de cariz político. Eu acho que é muito mais do que isso! Se repararmos, e começamos logo pelo nome: O que é isto do Elevado Valor Acrescentado?

Este conceito foi retirado das empresas e quer dizer essencialmente lucro para os acionistas. O Elevado Valor Acrescentado é algo que se faz para dar lucro aos acionistas. Repare-se que o relatório é feito para áreas onde possa ser tirado lucro. Não se diz que este relatório é feito para fazer estruturas para gerar coesão territorial. Não são sequer investimento para servir populações e para elevar o potencial endógeno das populações do interior. Não é um relatório para servir territórios de baixa densidade populacional. É um relatório para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Investimentos de Elevado Valor Acrescentado. Se não tiverem Valor Acrescentado, se os investimentos não derem lucro, não se fazem os investimentos. Portanto, é preciso começar a desmontar tudo isto desde o início.

O que tudo isto quer dizer, é que continuamos discriminados.

Eu não digo que o PSD não esteja a fazer aquilo que pode. Mas eu também quero dizer aqui o seguinte: Começámos logo mal. Eu próprio no âmbito de um grupo de trabalho que incluía pessoas de Gouveia, Seia e Covilhã tivemos uma reunião com o Sr. Presidente da CCDR que nos disse que estava do nosso lado mas o que nos dava era dois lanços de dez quilómetros (em perto de duzentos quilómetros dava-nos em contrapartida dois lanços de dez quilómetros). Como calculam isto é estar a brincar connosco. E ainda com uma condição. Era preciso que as Câmaras envolvidas se entendessem. Ora bem, se nós tivemos aqui à mesma mesa Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Covilhã, Nelas e Viseu como é que vamos distribuir estes duas vezes dez quilómetros. Está-se mesmo a ver que isto é para nos atirar areia para os olhos e para que as Câmaras não se entendam como efetivamente não se entenderiam a distribuir as duas vezes dez quilómetros.

Outra desculpa, que eu também já ouvi aqui muito recentemente exatamente da parte daqueles do PSD que agora vêm dizer que é bom que a gente se entenda e continuam a atribuir as culpas pelo que não está feito para o Governo anterior. Mas são os mesmos que dizem que esse Governo fez estradas a mais e depois são os mesmos que dizem que o Governo fez estradas a menos aqui nesta região. Portanto, tenham a coragem de dizer que se o Sr. Secretário de Estado era Secretário de Estado de Portugal ou se era Secretário de Estado da Beira Serra! Clarifiquemos isto!

Pelo menos neste caso eu pedia-vos que adotássemos a estratégia do Prof. César de Oliveira. Eu sou dos poucos que restam aqui que se lembram da estratégia utilizada pelo Prof. César entre 1989 e 1993. Como sabem a estrada Oliveira do Hospital - Felgueira Velha era um caminho de cabras. O Prof. César Oliveira, combinou com o barbeiro dele, que era o mesmo do Eng.º Ferreira do Amaral, e quando o Eng.º Ferreira do Amaral tinha marcado ir ao barbeiro, o Prof. César Oliveira saía daqui, demorava cinco horas e não eram duas horas e um quarto para chegar a Lisboa, e encontrou-se as vezes que foram precisas com o Eng.º Ferreira do Amaral, que na altura era o Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações, e acabou por conseguir a estrada Oliveira do Hospital - Felgueira Velha. Era esta estratégia que eu pedia.

Relativamente à intervenção do Dr. Luís Lagos quero dizer que aceito o repto que o Dr. Luís Lagos aqui lançou para que esta Moção seja conjunta.

De facto, nós não podemos continuar a assistir a um trânsito entre quatro mil e seis mil veículos por dia, quando, como sabem, são aconselhados à volta de dois mil e quinhentos veículos por dia para que se construa o IC. Nós ultrapassamos de longe essa fasquia. Por outro lado, estava programado, e estavam os dossiês no Governo, nomeadamente na Secretaria de Estado, que a construção do novo IP3 pagaria a construção do IC6 e do IC7. Ora bem, é só uma questão de aproveitarem este *dossier* que está na Secretaria de Estado. Está feito o estudo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de impacto ambiental pelo menos de mais um lance de estrada. Aproveitem este processo que está ainda no Ministério e com a construção do novo IP3 pagarão, com certeza, o IC6 e o IC7.

Relativamente à Moção conjunta estamos todos de acordo. Obviamente que não tenho nada a opor e penso que também da parte do Partido Socialista não haverá nada a opor para que a Moção se torne conjunta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As intervenções foram importantes. O Dr. Rodrigues Gonçalves da bancada do PS já disse o que eu vinha aqui referir. Contudo, quero referir alguns pormenores que talvez sejam desconhecidos sobre este assunto dos IC’s.

Acho que se deverá refazer a Moção para que não seja uma Moção partidária porque a estrada não será de nenhum partido mas será de todos os Oliveirenses.

Todos deveremos perceber e ter consciência do que está aqui em causa. O que está aqui em causa não é o meu futuro nem o futuro de muitos que estamos aqui mas é sobretudo o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos e de toda esta região. Por isso, não é a altura de divergir porque esta estrada é de todos.

Estou preocupado com este assunto. Participei num conjunto de reuniões, nomeadamente no Conselho Regional do Centro com o Secretário de Estado das Obras Públicas. Foi mandatado pelo Sr. Presidente da Câmara de Seia e Gouveia para ser o porta-voz dos três Municípios. Levei uma declaração muito interessante do Sr. Secretário de Estado que proferiu no lançamento da campanha autárquica de Seia, onde o Sr. Secretário de Estado afirmou isto: *“Eu sou um homem de palavra e não posso prometer tudo. Mas prometo que se os Presidentes dos Municípios aqui em causa se entenderem será feito pelo menos uma destas estradas.”*

Meus caros amigos, não nos vamos enganar e não nos vamos iludir. O País não tem condição económica e financeira para lançar estes três IC’s. Precisamos de ser pragmáticos. Eu, o Presidente da Câmara de Seia, de Gouveia, de Tábua e de Arganil, e tendo em conta as declarações do Sr. Secretário de Estado, tomámos uma decisão clara em relação aos IC’s. Nós queremos trazer o IC6 até Oliveira do Hospital.

Há uma grande confusão com o IC6, com o IC7 e com o IC37 e se calhar é preciso clarificar: O IC6 é uma estrada que começa no Porto da Raiva e termina na Covilhã; O IC7 é uma estrada que deriva do IC6, perto de Folhadosa, e que vai até à A25 junto a Fornos de Algodres; O IC37 é uma ligação rodoviária que fica a oeste de Seia e vai até Viseu.

O País não tem condições financeiras para lançar estes três IC’s, com este ou com outro Governo. Como o País não tem condições nós fizemos uma proposta clara ao Sr. Secretário de Estado. Estiveram também nesta reunião os elementos da Comissão que fizeram os estudos do Valor Acrescentado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esta Comissão é constituída por um Presidente e por vários Coordenadores. Há Coordenadores para os Caminhos-de-ferro, para os Portos de Mar, para as Rodovias e ainda para os Aeroportos.

Quem são os Coordenadores? E aqui é que está o problema!

O Coordenador das Rodovias é o Sr. António Ramalho que é o Presidente das Estradas de Portugal. Esta nomeação é uma nomeação política.

O Coordenador das Rodovias explicou porque é que eram estas estradas que eles defendiam e não eram outras. Eu confrontei o Sr. Coordenador das estradas dizendo que a Comissão Rodoviária era uma Comissão incompetente. Eu desafiei-o e disse-lhe que não era contra as obras que estão no documento do Valor Acrescentado em relação à rodoviária, eu sou contra as estradas que não estão lá e que estava combinado que estariam nomeadamente o IC6 e o IC7. Esse é que é o problema e desafiei-o publicamente porque não acredito no trabalho que elaboraram.

Poderíamos falar na sinistralidade. Sabem que nos últimos dez anos na Estrada Nacional 17 morreram quarenta e oito pessoas? Sabem que no IP3, que é uma estrada considerada de morte, morreram quarenta e uma pessoas? E há outros dados que são relevantes.

Eu levei as declarações do Sr. Vice-Primeiro Ministro e li-as. Relativamente a um IC o Sr. Vice-Primeiro Ministro há uns tempos tinha dito que ia ajudar a resolver esse problema. Levei estas declarações para confrontar as pessoas.

Nesse trabalho e relativamente ao túnel do Marão disseram que era o fecho da malha que estava iniciada. Ora bem se era o fecho da malha que estava iniciada, o IC6 também está iniciado.

Eu não perdi a esperança e não perdi a coragem para lutar por aquilo que eu acho que o nosso Concelho tem direito e que os nossos empresários têm direito.

Esta estrada não é uma estrada do Concelho de Oliveira do Hospital mas é sobretudo uma estrada de importância, como disse o Dr. Francisco, uma estrada estratégica para o desenvolvimento com duas vertentes. O desenvolvimento empresarial de todo este eixo que foi reconhecido num documento que não foi tido em conta. O Coordenador, e Presidente das Estradas de Portugal, disse que não teve em conta o PROT Centro. Que é o Plano de Ordenamento do Território do Centro estratégico que tem uma importância vital em termos de coesão territorial.

Ainda tenho esperança e tenho obrigação também para continuar a lutar.

Percebo perfeitamente que não fazemos estradas porque Bruxelas não permite. Faço parte da Comissão de Negociação do Pacto 2014 que tem a ver com a CIM e nós percebemos que Bruxelas não meterá dinheiro em estradas em Portugal tirando aquelas que estão lançadas. Não vale pena!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que nós precisamos é de apresentar uma fórmula para financiamento desta estrada. Nós temos a fórmula para esse financiamento é uma solução que levarei ao Sr. Secretário de Estado logo que ele marque essa reunião. Neste momento já temos as estimativas do custo deste troço de estrada. Este troço tem muita importância porque levar-nos-á à internacionalização dos nossos produtos e levará também ao desenvolvimento turístico da Serra da Estrela e por isso eu ainda tenho esperança.

Mas ainda há mais uma nota positiva. A Associação Industrial do Minho e a Associação Empresarial do Porto fizeram um trabalho liderado por um homem do PSD que é o Presidente da Câmara de Aveiro, o Dr. Robalo Esteves, fez um trabalho para contrapor em relação a esta Comissão. A conclusão desse trabalho foi que era prioritário em termos de investimento de toda esta região e aquele documento estratégico está muito mais orientado do Centro para Norte. E eles têm lá os nossos IC's. Eles dizem ao Sr. Secretário de Estado que valia a pena apostar neste estudo.

Todos estamos de acordo relativamente às estradas e penso que o texto deveria ser construído pelos diferentes partidos e que fosse um texto de unidade.

Penso que deveremos estar todos unidos na defesa daquilo que tem a ver com os nossos filhos e com os nossos netos.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou votar a favor a presente Moção. Quero congratular-me com o rumo que a discussão tomou.

Quando aqui comecei o meu mandato o Sr. Presidente Mário Alves dizia que fazia por esta estrada uma marcha a pé e o Governo era do PS, agora fazemos isto e o Governo é do PSD. O meu amigo Francisco Garcia diz que a política é uma arte nobre e eu acho é que nós temos de facto é de ir lá ver da estrada e não fazermos aquilo a que eu chamo de política politiqueria.

Estou de facto bastante satisfeito com o rumo que as coisas estão a tomar.

Quero também pedir que me informem onde é que é o barbeiro do Ministro da Obras Públicas para ver se o Sr. Presidente da Câmara também lá vai aparar a barba.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta Moção o Partido Socialista não vê qualquer inconveniente para que ela também seja subscrita por outras forças políticas. Foi apresentada pelo Grupo do Partido Socialista mas recordo-me que nesta Assembleia muitas vezes foram apresentadas aqui Moções por outros partidos com interesses comuns e não se pôs esse problema. Mas não há qualquer problema por parte do Partido Socialista para que esta Moção passe a ser uma Moção da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Moção salienta o esforço e a congregação de esforços que o Sr. Presidente da Câmara reuniu. Nessa congregação de esforços com certeza que estarão pessoas do PSD e pessoas do CDS. O Sr. Presidente da Câmara falou com muita gente e muita gente o ajudou e na própria Moção isso é referido apesar de não se ter especificado.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Também não me fica mal realçar o esforço que o Sr. Presidente da Câmara tem feito. O assunto é de interesse de toda a população independente mente de quem está à frente de cada um dos Municípios.

Pedia a todos os representantes dos Partidos que dessem o seu contributo para se compor a redação da Moção de forma a ficar consensual e depois passaríamos à votação da Moção.”

Depois de efetuadas as alterações propostas, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, procedeu à leitura da Moção:

“Moção de Reivindicação dos Itinerários Complementares IC6, IC7 e IC37 no Relatório Final do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado.

O Relatório do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GT IEVA), atualmente em discussão pública, não contempla no plano de investimentos rodoviários, a construção dos Itinerários Complementares IC6, IC7 e IC37.

Os Itinerários Complementares em causa, previstos no Plano Rodoviário 2000 para resolver os constrangimentos de acessibilidades da região em torno da Serra da Estrela, servem uma zona desfavorecida do país com mais de cem mil habitantes, e onde existem milhares de empresas que diariamente se veem obrigadas a circular numa rede de estradas totalmente obsoletas e que remontam ao tempo da monarquia.

A execução dos IC's 6, 7 e 37 consta do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-Centro), que é um instrumento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios da Região Centro, sendo assumidos como vias de estruturação urbana desta zona do país.

Estes itinerários, que foram considerados como “Eixos Prioritários de Coesão”, são absolutamente indispensáveis ao desenvolvimento de toda esta região do país. A sua não construção é uma verdadeira sentença de morte ao interior do país, pondo-se em causa o equilíbrio e a coesão territorial que vem sendo defendida tanto pelo Governo do país como pela própria União Europeia.

Numa região onde existe um tecido industrial com forte vocação exportadora, e uma das principais vias de comunicação da região na ligação à fronteira de Vilar Formoso e à autoestrada Norte-Sul, continua a ser a Estrada Nacional 17, que remonta ao tempo da monarquia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também conhecida como Estrada da Beira, a EN17 – conforme demonstram as estatísticas – é hoje uma estrada altamente degradada, com grande sinistralidade rodoviária e que, em consequência da introdução de portagens nas ex-SCUTs, nomeadamente na A25, regista atualmente um intenso volume de tráfego de pesados.

Dos itinerários complementares (IC) que foram incluídos no Plano Rodoviário Nacional 2000, o único IC que entrou em obra foi o IC6 que ficou por concluir e encontra-se encravado no meio de um pinhal, à saída de Tábua.

Perante estes factos, que merecem a solidariedade, já expressa, dos concelhos dos distritos de Coimbra, Viseu e Guarda, não temos dúvidas de que a Comissão nomeada pelo Governo, ao não incluir estes investimentos no Relatório Final do GT IEVA, contraria a própria política do Governo que defendia que “todas as regiões que foram desfavorecidas, em termos de investimento público, iriam ser beneficiadas no futuro”.

Portanto, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, em sintonia com o Executivo da Câmara Municipal, entende este Relatório Final como um documento de cariz político, e cujo trabalho não terá assente em critérios como a coesão social, o desenvolvimento económico e a sustentabilidade das regiões desfavorecidas ou sequer os índices de sinistralidade rodoviária.

Porque estamos a falar de projetos que já estão num estado de maturidade avançado, os quais possuem a respetiva Avaliação de Impacto Ambiental, e constam do Plano Rodoviário 2000, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital entendeu apresentar esta Moção de Reivindicação, com vista a que, na fase de discussão pública, os IC's 6,7 e 37 sejam incluídos no conjunto de investimentos considerados prioritários.

Portugal não pode, de forma alguma, desperdiçar uma oportunidade para resolver os problemas de acessibilidades desta região, aproveitando os fundos comunitários que estarão disponíveis no Quadro Comunitário 2014/2020 para executar estes investimentos.

Para a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, a reivindicação da construção destes itinerários não pode ser uma luta partidária. Deve antes ser a luta de toda uma região, e de todos os partidos políticos, porque estas estradas não têm cor político-partidária, mas obrigam a uma decisão política imediata. Estas estradas são fundamentais para o desenvolvimento de toda uma região que se encontra com o seu futuro hipotecado.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, não pode também deixar de salientar aqui, a luta incansável que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Prof. José Carlos Alexandrino, vem travando ao longo destes anos todos para que estas acessibilidades se tornem uma realidade.

Registamos a postura de união de forças que o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino tem promovido junto de diversos autarcas e empresários da região, bem como todas as suas tentativas de sensibilização dos decisores políticos para a importância destas rodovias.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nessa perspetiva, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital entende que é altura de todos falarmos a uma só voz, e convida todos os deputados com assento nesta Assembleia a subscreverem esta Moção de reivindicação.

No período entre 2014/2020, Portugal vai receber mais de vinte e um mil milhões de euros em fundos estruturais, sendo que a parte mais significativa (cerca de dezassete mil milhões de euros) deverá ser canalizada para as regiões menos desenvolvidas.

Posto isto, quem compreenderá que a região da Beira Serra, ao fim de trinta e quatro anos de um ciclo de fundos comunitários, em que entraram no país milhões de euros, fique privada de infraestruturas rodoviárias minimamente condignas e com o seu futuro completamente hipotecado?

A região da Beira Serra não pode consentir que os decisores políticos não executem obras que foram incluídas no Plano Rodoviário Nacional 2000.”

Efetuada a votação, a Moção de Reivindicação dos Itinerários Complementares IC6, IC7 e IC37 no Relatório Final do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado foi aprovada por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu queria deixar aqui uma nota: Eu sei que tem havido esforços por parte da Comissão Distrital do PSD influenciada por Oliveira do Hospital e pela Dra. Cristina Oliveira e também pelo Deputado Luís Lagos em relação ao CDS. Eu tenho conhecimento do trabalho que têm feito. Em nome do Concelho tenho que dizer que estou satisfeito com esse posicionamento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

Uma outra questão que queria aqui apresentar é referente a uma situação que se prende com a transferência de doentes do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital para Coimbra. Esta situação envolve as duas Corporações de Bombeiros do nosso Concelho. Na verdade, há um acordo, que tem cerca de dezanove ou vinte anos, em que o Centro de Saúde quando chama as ambulâncias para fazer a transferência de doentes para Coimbra, chama alternadamente uma e outra Corporação e isso tem funcionado quase há vinte anos. Esta é uma situação que beneficia as duas corporações de Bombeiros e que tem corrido bem.

Há uma diretiva de dois mil e doze que foi posta em prática e que obriga o Centro de Saúde a chamar as ambulâncias da Corporação mais próxima do Centro de Saúde.

Os Bombeiros de Lagares da Beira e de Oliveira do Hospital investiram em ambulâncias e criaram postos de trabalho para satisfazer este tipo de serviço.

Através da ARS de Coimbra os Bombeiros estão a prestar este serviço às populações.

Se o serviço for efetuado pelos Bombeiros de Lagares da Beira isso não significa aumento de custo para a ARS porque os Bombeiros de Lagares da Beira não cobram o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

percurso de Lagares da Beira para Oliveira do Hospital. O percurso é sempre pago do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital para Coimbra. Não há aqui qualquer prejuízo quer seja uma ou outra Corporação a fazer o transporte dos doentes. Por outro lado, se só for chamada a Corporação que está mais próxima os Bombeiros de Oliveira não têm capacidade de resposta e por isso já tiveram que chamar os Bombeiros de Lagares da Beira.

Esta situação não beneficia o serviço e pode criar problemas entre as duas corporações. Mas, nem a corporação de Oliveira do Hospital, nem a corporação de Lagares da Beira estão interessadas neste tipo de conflitos.

O serviço tem funcionado bem e o que se pretende é que ele continue a funcionar da mesma forma porque satisfaz as duas Corporações. As duas Corporações fazem a sua faturação e têm os postos de trabalho dos socorristas das ambulâncias garantidos.

Se a situação não se mantiver há uma das Corporações que em termos de sustentabilidade financeira, e até em termos da sua viabilidade, pode estar em risco. Ninguém neste concelho pretende que isso aconteça porque no tempo dos incêndios são chamadas as duas Corporações de Bombeiros para prestar serviços e para prestar socorros. Efetivamente esta situação não interessa a ninguém.

Vou apresentar uma Moção a esta Assembleia para que ela chegue aos devidos lugares.

Também queria realçar e enaltecer a postura da Sra. Diretora do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital que inclusivamente junto da própria ARS tem solicitado para que os serviços se mantenham como estavam.

Os Bombeiros de Lagares da Beira e os Bombeiros de Oliveira do Hospital estão em sintonia e não há aqui nenhum tipo de guerra relativamente a esta situação porque ela funcionava bem e o que interessa é que ela continue a funcionar.

Há aqui um emperro no sistema que já devia ter sido resolvido e por isso eu gostava de deixar aqui a seguinte Moção:

“Moção a favor da restituição do sistema de rotatividade entre as Corporações de Bombeiros de Lagares da Beira e Oliveira do Hospital, no transporte de doentes do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital para os Hospitais de Coimbra.

Tendo em conta as recentes alterações que foram efetuadas no que diz respeito ao transporte de doentes realizados pelas Corporações de Bombeiros de Lagares da Beira e Oliveira do Hospital, entre o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e os Hospitais de Coimbra.

Tendo em conta as graves implicações que as mesmas têm no normal funcionamento e na prestação de serviços de utilidade pública, principalmente às populações que fazem parte da zona de intervenção da Corporação de Bombeiros de Lagares da Beira, as Freguesias de Lagares da Beira, Seixo da Beira, Meruge e a União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, propõem esta Moção, considerando que:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Os serviços de transporte de doentes que as Corporações de Lagares da Beira e Oliveira do Hospital efetuam há largos anos, são de comprovada qualidade e eram, até à data, assegurados em sistema de rotatividade e alternância, de comum acordo entre ambas as Corporações e o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital;

- Desde fevereiro de dois mil e catorze, que as alterações propostas neste serviço de transportes, determinam que o transporte seja assegurado pela corporação mais próxima do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, restringindo assim o transporte de doentes por parte da Corporação de Bombeiros de Lagares da Beira;

- Esta situação causa uma sobrecarga de serviço insustentável, por parte da corporação de bombeiros mais próxima, a qual é facilmente verificável pelo facto de a corporação de Lagares da Beira continuar a ser chamada para efetuar este tipo de serviços, ainda que sem qualquer tipo de certezas quanto ao facto de esse serviço vir a ser pago pela Administração Regional de Saúde (ARS);

- A confirmar-se uma decisão final, que impeça que estes transportes de doentes possam ser efetuados pela Corporação de Bombeiros de Lagares da Beira, será posta em causa a sobrevivência financeira desta Associação Humanitária, pois grande parte das receitas são respeitantes a pagamentos pela realização deste tipo de serviços;

- Obviamente que esta situação financeira incomportável, terá graves implicações ao nível da operacionalidade e da prestação de serviços básicos a toda a população inserida na área de atuação desta corporação, para além de conduzir à extinção de postos de trabalho da própria Associação;

- Têm sido feitas várias diligências junto da ARS Centro, no sentido de resolver esta grave e injusta situação, sendo também esta situação do conhecimento de outras instituições ligadas aos Bombeiros, nomeadamente da Liga dos Bombeiros Portugueses, que já manifestou a sua solidariedade perante esta situação;

- Desde a primeira hora, a Direção dos Bombeiros de Lagares da Beira tem reconhecido e contado com o total apoio e solidariedade por parte da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, na pessoa do seu Presidente, que tem acompanhado e feito todas as diligências possíveis no sentido de resolver a situação.

Assim, é propósito desta Moção, contar com o apoio de todos os Membros desta Assembleia Municipal, no sentido de reivindicar junto da Administração Regional de Saúde do Centro, para que esta situação injusta seja rapidamente resolvida, de forma a evitar que toda a zona de atuação dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, mas também todo o Concelho de Oliveira do Hospital, seja prejudicado pelas consequências graves que esta situação traria em todo o sistema de Proteção Civil e na qualidade dos serviços básicos que são prestados pelas Corporações de Bombeiros, no Concelho de Oliveira do Hospital.”

Esta Moção é subscrita pelas Juntas de Freguesia de Lagares da Beira, Seixo da Beira, União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e também pela Junta de Freguesia de Meruge.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Independentemente da Moção ser subscrita por estas Juntas de Freguesia, apelava a esta Assembleia para que ela fosse votada e aprovada por unanimidade porque é uma questão de reposição da justiça.”

Não havendo intervenções relativas a esta matéria, foi efetuada a votação da Moção a favor da restituição do sistema de rotatividade entre as Corporações de Bombeiros de Lagares da Beira e Oliveira do Hospital, no transporte de doentes do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital para os Hospitais de Coimbra que foi aprovada por unanimidade.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Vou voltar ao tema que hoje está a ser mais debatido, a questão do IC6, e dos itinerários que nos dizem respeito mas com uma perspetiva um bocadinho diferente das coisas.

O relatório do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado integra, depois de uma análise prévia, um conjunto de oitenta e nove projetos de infraestruturas (trinta e três portos, trinta ferrovias, vinte e três rodoviários e três aeroportuários) aos quais é reconhecido o estatuto de Elevado Valor Acrescentado. Este valor acrescentado eu não posso concordar que seja o valor monetário, este valor acrescentado é o valor que alguém achou necessário que teria mais importância dentro dos vários parâmetros que foram analisados.

Como se sabe o referido grupo de trabalho centrou a sua apreciação no que considerou ser a mais-valia, ou seja os impactos positivos, para a economia do País. Assim, foram considerados prioritários os projetos portuários e ferroviários de mercadorias, e algumas articulações intermodais, e a conclusão de projetos, em vez de projetos novos. Ou seja, foram dadas prioridades, e foram dadas instruções, para que se acabassem obras, como já se aqui falou, do que começar com obras novas.

Podemos também destacar, no interesse da região, a inclusão neste relatório de um conjunto de projetos com particular importância para a região de Coimbra, para a CIM de Coimbra, nomeadamente: O IP3 e a autoestrada Coimbra/Viseu; O Metro Mondego; A conclusão do Plano de Modernização da Linha do Norte, troço Alfarelos/Pampilhosa; Os vários projetos do Porto da Figueira da Foz, incluindo plataformas logísticas.

Mas também existem algumas ausências de projetos de infraestruturas que não podem deixar de ser referidas e igualmente consideradas de Elevado Valor Acrescentado como, por exemplo, o IC6, IC7 e o IC37.

Quando se fala no IC6, IC7 e IC37 das conversas que eu tenho tido com algumas pessoas responsáveis, como o Sr. Presidente também teve, os projetos têm que ser analisados de uma forma global e já nos deram valores de quanto é que custaria. O projeto global custaria cerca de quatrocentos milhões de euros. Dinheiro que não existe. Seria cerca de trinta e cinco milhões só para a construção do troço de Oliveira do Hospital mas não há dinheiro para isso tudo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que diz respeito a estes IC's consideramo-los prioridades essenciais para desbloquear constrangimentos inaceitáveis. Estas são vias rodoviárias essenciais para assegurar o desenvolvimento económico do eixo Coimbra/Covilhã e Centro Interior, com destaque para o alto Distrito de Coimbra e Distrito da Guarda (eixo Arganil/Pampilhosa da Serra/Oliveira do Hospital,/Seia/Gouveia).

Relembramos que este é um território não servido por qualquer linha ferroviária e particularmente penalizado pela perda de acessibilidades rodoviárias eficazes que afetam de forma muito negativa o tecido económico e o desenvolvimento da região.

Não pode deixar de ser considerado um projeto prioritário, como é reconhecido há mais de quarenta anos, que permitirá, por exemplo, que o tempo de percurso entre Coimbra e a Covilhã se reduza em cerca de cinquenta por cento (das atuais duas horas e quinze minutos ficará em menos de uma hora e dez para percorrer cerca de cento e trinta quilómetros) com evidentes ganhos económicos e energéticos no transporte de mercadorias e pessoas.

É por estas, e outras, razões que todos estamos a fazer para que Oliveira do Hospital e os Municípios vizinhos não fiquem tão isolados para que não sejamos tão penalizados e para que tenhamos assegurada a realização destas ligações e o reconhecimento de medidas de equidade efetivas, de sustentabilidade territorial e pessoal, ou seja, no combate à desertificação.

Estamos a fazer todos os esforços para que se consiga, pelo menos, incluir no relatório final o reconhecimento da importância do IC6, IC7 e IC37. Já se sabe que as obras que foram aprovadas e que estão no projeto não se vão fazer todas porque simplesmente não há dinheiro e, por isso, não vale a pena sonhar com todas as obras. Pelo que sei e pelo que me disseram os especialistas, para incluirmos o IC6, IC7 e IC37, vamos ter de dizer quais é que vão sair. Portanto não é muito difícil de ver que vai haver prioridades e que as obras não vão ser todas feitas.

Nesse sentido, estamos de forma direta com a colaboração dos nossos deputados do PSD, dos nossos dirigentes distritais, nacionais e de outros, a fazer uma pressão política sobre este assunto. Quero, desde já, agradecer-lhes publicamente o apoio que nos têm dado.

Como sabem, este relatório foi feito por organismos e entidades independentes, pelo menos assim esperamos que sejam, e visam sobretudo dados técnicos (ao contrário do que se disse porque dados políticos é que não houve) contudo, achamos que o que conta e o que falta é uma componente social e por conseguinte, impõe-se uma tomada de posição política. E no fim, vai-se mesmo jogar em termos políticos. E é aqui que temos de mostrar força e coesão.

Da nossa parte, do PSD, tudo estamos a fazer ao nosso alcance, sem olhar aos nossos interesses partidários mas temos, infelizmente, de lamentar o seguinte: É triste ver o Distrito de Coimbra sem força, sem coesão e sem voz.

Voz essa que deveria ouvir-se mais alto, por exemplo através da Comunidade Intermunicipal (CIM). Infelizmente, a CIM de Coimbra só existe, pelo que me foi dado a conhecer, em termos formais porque na prática não existe, nada se diz, nada faz, nada decide, no fundo para nada serve. O seu Presidente, o Presidente da Câmara de Coimbra, Manuel



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Machado, parece que não lhe dá grande importância, segundo ouvi dizer até faltou à última reunião e nem se fez representar.

Parece que a Comunidade Intermunicipal de Coimbra anda a dormir e que se encontra refém do seu Presidente, Manuel Machado. Olhamos para outros Distritos, como Aveiro ou Viseu, e vemos essas estruturas a lutar pelos seus concelhos e pelo seu distrito estabelecendo parcerias, lamentavelmente em Coimbra não se vê nada disso. Parece que nada se faz e que anda tudo desgarrado.

Todas as outras CIM's estão a trabalhar e a puxar algo para os seus concelhos, a fazer uma coisa importantíssima que é o *lobby*, como sabem isto vai ser uma decisão política e quanto mais força se tiver e mais *lobby* se fizer mais probabilidade temos de alguma coisa acontecer, mas Coimbra ... nada! Lamentavelmente parece que a CIM de Coimbra não se entende e, por esse motivo, não se discutem matérias sérias, estruturantes e relevantes para o distrito, prejudicando-nos e enfraquecendo-nos a todos.

Como já disse, as decisões finais vão ser condicionadas pelo jogo político e é nesse tabuleiro que vamos ter de jogar.

Para finalizar dizer somente que já houve contactos e uma reunião com o grupo de trabalho que elaborou o relatório e que já estão agendadas reuniões com pessoas de topo do nosso Governo onde iremos debater e apresentar as nossas preocupações e discordâncias.

Dizer ainda ao Sr. Presidente da Câmara que estamos dispostos a ajudá-lo nesta luta, podendo contar com o nosso apoio.

Esta é uma causa de todos e não de um só partido.

Queria ainda dizer que as prioridades definidas pela União Europeia não contemplam a construção de infraestruturas rodoviárias nem de escolas. Estas infraestruturas são consideradas prioridades negativas. Temos de acreditar que não há dinheiro para tudo e por isso é que eu digo que é necessário união e fazer jogo político porque os dados técnicos já estão lançados, o que vai ser necessário é força política. Se calhar o que falta àqueles relatórios que foram apresentados é a componente social porque não está a ser tido em conta o desenvolvimento do nosso concelho.

Também não se esqueçam que há muitos Presidentes de Câmara do distrito de Coimbra, da Guarda, e de outros distritos que não querem saber do IC6 e estão muito mais preocupados com outras obras e por isso é que é necessário que haja um consenso maior entre nós porque há concelhos e distritos que têm muito mais força do que nós. Basta olhar para o distrito de Aveiro e para o distrito de Viseu.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Nós temos noção disso e por isso é que a estrada ainda não foi feita. Registo a sua sinceridade em dizer que a estrada há quarenta anos que é prioritária. Eu também já há vinte anos que ando aqui a assistir a este ping-pong de quem está, e de quem não está, no Governo, mas a verdade é que a estrada não está feita.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também lhe queria dizer, e como o Sr. Deputado está agora a iniciar as suas funções, mas isto hoje saiu assim um pouco do que é normal, foi muita política e pouco IC.

Eu gosto do diálogo, mas, efetivamente, convém cingir-nos àquilo que é o essencial e objetivo das Assembleias Municipais.

Quanto ao dinheiro, se aqui estivesse o João Dinis diria que o Governo tem quinhentos milhões para dar para aos bancos mas não têm duzentos milhões para fazer o IC.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“ Por ter sido detetada alguma fragilidade na ponte, na estrada que liga Lagares da Beira a Travanca de Lagos, no passado dia vinte e dois de fevereiro foi condicionado o trânsito a veículos pesados na referida ponte. Medida que é de louvar uma vez que poderá estar em causa a segurança de pessoas. Tendo em conta que passam por ali diariamente transportes públicos e veículos particulares que fazem a ligação entre as duas localidades, solicito ao Sr. Presidente da Câmara o favor de informar qual o ponto da situação? Qual o tempo de condicionamento do trânsito bem como a previsão de abertura do mesmo?

Apelo ainda para que seja feito um esforço redobrado com o objetivo de resolução do problema no mais curto espaço de tempo possível a fim de minorar o transtorno às pessoas que precisam de utilizar a referida via.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui hoje usar da palavra para vos informar que o problema da Extensão de Saúde de Santo António do Alva está temporariamente sanado. Digo temporariamente porque não sabemos o que é que o futuro nos reserva.

Em junho do ano passado o médico que ali prestava cuidados de saúde semanalmente há mais de vinte e cinco anos deixou de comparecer. Depois de muitos contactos, a ARS de Coimbra alegou problemas informáticos. Outros não poderia alegar uma vez que a Extensão de Saúde de Santo António do Alva funciona nas instalações da Associação Progressiva sendo esta que suporta todos os encargos como a luz, a água, aquecimento, linha telefónica, internet, mobiliário e todo o material ali existente incluindo o informático.

Portanto, nada havendo por onde pegar, a explicação encontrada foram os problemas informáticos. E que problemas esses!

Como não andamos a dormir e achamos que os problemas informáticos se iriam estender a outros bem mais graves cujo objetivo final seria, provavelmente, o encerramento, conforme suspeitamos que seja este o objetivo em muitas outras Extensões de Saúde espalhadas por esse país fora, encetámos um luta séria que durou sete meses. Da ARS a permanente resposta era a mesma. Problemas informáticos. Como não passávamos dos problemas informáticos tentámos resolver por outros meios e foi necessária a intervenção deste Executivo, que desde já agradecemos. Foi necessário mobilizar a população de Santo António do Alva. Foi necessário bater à porta da Junta de Freguesia. Foi necessário a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção da Direção da instituição onde esta Extensão de Saúde está sediada. Foi necessária a intervenção dos Deputados Socialistas eleitos pelo Circulo Eleitoral de Coimbra junto de Ministério da Saúde. Foi necessária a intervenção do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital. E foi ainda necessário recorrer a outras ajudas...

Juntos conseguimos. Isto foi um trabalho de equipa. Santo António do Alva conseguiu mas, o problema informático mantém-se e adensam-se assim as nossas suspeitas. Este era para abater.

As pessoas não interessam. Não têm médico ali? Têm noutra sítio!

Não podem deslocar-se? Não vão!

Não têm dinheiro para ir? Pouco importa!

É esta a qualidade dos cuidados de saúde que queremos para os cidadãos desta Concelho? Não!

Alguém disse há pouco tempo que “o País está melhor”. Os portugueses não notam!

Lagares da Beira tem médico há mais de quarenta anos. Perdão! Tinha porque já não tem. Neste momento são cerca de dois mil utentes que perderam este direito. E assim iremos de terra em terra até ao encerramento final.

É urgente a colocação de médicos neste Concelho.

As Extensões de Saúde não podem fechar porque elas são o primeiro auxílio às populações.

Encerrar Extensões de Saúde significa criar maiores dificuldades ao Centro de Saúde de Oliveira do Hospital. Significa entupir, literalmente, este Centro de Saúde. Significa uma perda de qualidade no atendimento. Significa criar um problema grave de saúde noutros sítios.

A saúde não pode ser vista com base em critérios economicistas. Quando as Extensões de saúde funcionam todos nós ficamos a ganhar. É por isso obrigação do Governo, através das ARS's, resolver os problemas da falta de médicos, e não é complicá-los. As pessoas têm que ser tratadas com respeito.

Senhores Deputados, este problema de falta de médicos não pode estar a ser tratado como um problema político mas tem que ser tratado como um problema de saúde pública.

Em Santo António do Alva conseguimos manter a nossa Extensão de Saúde, ainda que conscientes que seja por pouco tempo. Vamos ver!...

Perante tudo o que foi dito, não nos venham depois, também, dizer que a seguir às Extensões de Saúde querem fechar o SAP, o atendimento noturno.

Tudo faremos para que tal não aconteça.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Permitam-me, antes de mais, para dar uma palavra a uma instituição de referência do nosso Concelho, que é a ARCIAL.

Gostaríamos de felicitar publicamente a ARCIAL pelo seu trigésimo quarto aniversário.

A ARCIAL tem feito um trabalho extraordinário na área social e que merece ser acarinhada por todos nós. Uma palavra especial de apreço para todos os seus responsáveis que ao longo destes trinta e quatro anos têm dado o melhor de si para o sucesso desta Instituição.

Gostaríamos ainda de saudar a entrada em funcionamento de duas residências autónomas que vão acolher uma centena de utentes.

Gostaria também de entrar nos pontos que aqui hoje trago sem antes me dirigir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sequência das suas últimas intervenções na passada sessão ordinária à qual não tive, infelizmente, oportunidade de estar presente, mas que tanto quanto me foi dado a entender até foi bem animada.

Gostaria de louvar a sua frontalidade a enfrentar e a desmascarar no local próprio o poder instalado.

Os Oliveirenses sentiram-se, de facto, reconfortados por saber que o Presidente da Assembleia Municipal eleito, e por consequência legitimado, se mantém firme na defesa dos interesses dos munícipes. Contudo, Sr. Presidente, deixe que lhe diga: Continuamos todos, mas todos mesmo, à espera das tais quatro a seis páginas, que disse que iria revelar, do que vai mal. E, segundo as suas palavras que subscrevo inteiramente e passo a citar: “*muita coisa vai mal*”. A bem da verdade e da ética política esclareça esta Assembleia. É isso que todos os Oliveirenses lá fora esperam do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Dito isto, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, em primeiro lugar, sobre a velocidade da internet em Oliveira do Hospital. Esta pode parecer uma questão menor mas, em pleno século XXI, e quando se pretende atrair empresas tecnológicas, não podemos continuar a ter uma velocidade que não é compatível com os dias de hoje. Assim sendo, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente que diligências têm sido feitas para a melhoria desta?

Por falar em empresas do ramo tecnológico, gostaríamos de saber como está o processo da possível instalação da tal unidade informática do grupo empresarial ligado à Microsoft? Já tem mais alguma informação que nos possa revelar?

Em segundo lugar, o porquê da passagem do trabalho da impressão do Boletim Municipal para uma empresa de Coimbra?

Quando tanto se fala, e bem, de investir e de promover o comércio local e, depois, aqui, deixe-me que lhe diga Sr. Presidente, “*não bate a bota com a perdigota*”. É caso para dizer que o slogan “*Cá compra, cá fica*” só se aplica quando nos dá jeito. Se não se pode fazer a cores que se faça a preto e branco. Aliás, à semelhança do que é feito por outras Câmaras



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipais, como é o caso, por exemplo, do seu homólogo de Lisboa. Sugiro que dê uma vista de olhos nestes.

Outro assunto que aqui hoje trago é, como não poderia deixar de ser, um dos últimos contratos de prestação de serviços que tanta indignação criou no seio dos Oliveirenses. Não vou questionar os valores ou mesmo sobre os nomes envolvidos, nem tão pouco sobre a duração dos mesmos. Ou seja, não vou falar sobre a forma. Essa, cada um dos Oliveirenses fará o seu juízo e até dou de barato. Venho, isso sim, falar sobre a substância. E sobre esta caberá, Sr. Presidente, perguntar se na multidão de quadros que parecem vaguear pela Câmara Municipal, ente eles, licenciados, POC's e estágios, não haveria competências disponíveis para tais tarefas?

Sobre uma antiga reivindicação do problema rodoviário ali em frente ao Míni-Preço, gostaria de saber se não existe mesmo a vontade de retificar aquele erro? Esta reivindicação já tem mais de um ano, e é pena que assim seja!

Outro tema que gostaria de abordar é sobre a segurança no trabalho de alguns trabalhadores da Câmara Municipal: Tem-se verificado ultimamente, por exemplo, operários a realizarem trabalhos em postos de iluminação, nomeadamente ali no Largo Ribeiro do Amaral, sem as exigidas condições mínimas de segurança. E não foi caso isolado. Gostaria, assim, de chamar a atenção para este problema e saber se é por falta de meios de segurança disponíveis, ou pelo contrário, estes existirem mas não serem aplicados?

Pergunto, também, como está o processo da reabilitação do edifício do “Café Portugal” que aqui em tempos aprovámos?

Pergunto, ainda, para quando as reabilitações de edifícios degradados que são da responsabilidade da Câmara Municipal, uma vez que houve uma preocupação tão grande com este edifício privado, nomeadamente, para quando o lançamento, por exemplo, de um concurso de ideias como forma de acolher contributos para a requalificação do espaço das antigas instalações da ARCIAL que está igualmente num espaço central da cidade e que em nada dignifica esta. Aqui fica mais esta recomendação.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não costuma ficar ninguém sem resposta, como é timbre desta Assembleia, e tenho o dever, de facto, de responder à questão que me foi colocada.

Sr. Eng. Rafael, o Presidente da Assembleia, no entendimento que ele tem das suas funções, deve estar aqui essencialmente para dirigir os trabalhos e deve ter uma preocupação de na sua magistratura de influência fazer aquilo que em cada momento se apresenta como a solução que mais serve os interesses do Concelho.

Naturalmente que se eu estiver no seu lugar se calhar até teria dito qualquer coisa mais ou que teria “picado” mais um bocadinho.

O Sr. Presidente da Assembleia fez o que tinha que fazer. Disse aqui que faria essas seis folhas na semana seguinte e fez, de facto, uma declaração mais curta, se fosse escrita nas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

folhas se calhar até dá o que aqui foi dito, mas eu não mando nos jornalistas e eles é que sabem o que é que é notícia.

Como me competia tentei concertar com o Sr. Presidente da Câmara, porque foi esse o mandato que foi dado pelo eleitorado, foi para que, efetivamente, governássemos, de preferência bem, o Concelho.

Eu sei ler os resultados eleitorais, sei ao que é que ando, tenho a noção das minhas responsabilidades e naturalmente fiz aqui o que tinha que fazer, e, como se diz na política, agitei as águas, e depois foi tentar “apanhar o peixe”, isto falando no sentido figurado.

O Sr. Presidente da Câmara que também é uma pessoa responsável tomou as atitudes que entendeu e em conjunto, em determinado momento, chegamos a consensos mínimos sobre aquilo que eu entendo que as coisas devem ser e aquilo que o Sr. Presidente entende que deve ser.

Não há duas pessoas iguais, cada pessoa tem a sua forma de ver o mundo e a política é a arte do possível, como o Senhor deve saber. Tendo-se conseguido os objetivos mínimos, porque o Senhor não esteve cá, e foi uma pena, porque é uma pessoa que eu gosto sempre de ver aqui e também aqui foi dito, e está na ata, e eu disse “*o que eu quero dizer é o seguinte, de facto, o António Lopes não é um problema basta corrigir o que está mal*”.

Portanto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem fundadas esperanças que aquilo que eu aqui disse, e aquilo que aqui não disse, que é muito, e se calhar vamos ter muito aqui nesta noite sobre esse assunto se os Senhores tiverem tempo e quiserem. Por mim, como lhes digo, tenho o tempo todo e tenho esta qualidade de não olhar muito para o relógio durante as intervenções, porque os Senhores também não podem estar à espera que o Presidente da Assembleia Municipal seja o líder da oposição.

Eu vou dizer-lhes, daqui a um bocadinho, já ando aqui a alguns anos, e não é só esta questão dos IC's e de andar aqui em “tic-tac” de uns para os outros.

Como eu já disse, a política é uma arte nobre e eu aprecio muito pouco estas coisas de falarmos lá para fora para ver se “enchemos a urna”. Eu não venho aqui para isso, como o Senhor sabe. Por exemplo, desta discussão, porque o grande problema da discussão com o Sr. Presidente da Câmara foi e é, e vamos ver até onde é que vai ser, o funcionamento desta sala e a responsabilidade que todos aqui temos das quais, também tem que ser dito olhos nos olhos, que quase todos se demitem.

Quando aqui estive como membro da oposição dei uns laivos de como é que as coisas devem funcionar. Continuo a ser uma oposição cerrada àquilo que eu entendo que deve ser uma Assembleia Municipal e que deve ser uma governação do Concelho ou de qualquer outra instituição pública. E continuo nesse trabalho e nessa luta porque eu ainda “não deitei a toalha para o chão” porque eu não costumo fazê-lo nem sou de desistir. Mas também tenho noção das minhas responsabilidades.

Esta Assembleia não tem, desde que eu por aqui ando, um grupo municipal organizado e continua a não ter. Estava a guardar este assunto para o Ponto referente à discussão do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regimento e não vi aqui nenhuma vontade para que estas coisas sejam alteradas. Na maior parte das vezes não digo nada mas assim que se distribui a Senha de Presença começa tudo que até parece “o peixe a saltar por cima da rede” o que é sinal de que estão aqui muito enfadados. As pessoas estão muito preocupadas com o Concelho mas é na altura das eleições, depois é aquilo que nós sabemos.

Esta Assembleia é das poucas do País que não tem uma comissão especializada para discutir nada sobre o Concelho. É nessa luta que eu ando e esse é que foi o grande motivo da discussão com o Sr. Presidente da Câmara. E ainda não está encerrado.

A lei é clara quanto às atribuições de cada uma das instituições. São instituições próprias, com orçamento próprio e com atribuições próprias.

Como o Senhor sabe, aliás, está aqui este livrinho que eu vou comprar e distribuir pelo menos um por cada grupo parlamentar, este comprei-o do meu bolso, para ver se sabem quais são as funções aqui dentro da Assembleia. Porque a noção que eu tenho é que os Senhores sabem muito pouco do que aqui estão a fazer e de quais são as vossas responsabilidades. Não estou a dizer isto com o objetivo de ofender ninguém. Vejo pelas intervenções, por aquilo que é aqui dito. Por exemplo o Senhor sabe que neste Concelho, e até ao final do mês de março, a Câmara Municipal é obrigada a apresentar um relatório do Estatuto da Oposição? Eu nunca vi isso neste Concelho nem nesta Câmara nem com a outra.

Eu sou um acérrimo defensor da democracia, mas é a democracia plena não é a democracia para arranjar o tal emprego. Porque se eu fosse má-língua a sério e se não fosse o Presidente da Assembleia, se calhar, até era capaz de dizer um a um porque é que aqui andam. Mas a minha função é dirigir os trabalhos da Assembleia, é respeitar os Membros da Assembleia e não é ofende-los.

Também se disse mas porque é que o Senhor até agora nunca disse nada? Eu nunca disse nada porque o PS tinha aqui catorze elementos e a oposição tinha cá vinte e nove, e a oposição nunca fez o seu trabalho, ia o fazendo eu e continuo a fazê-lo. Porque no essencial, do que é a democracia e do que são as atribuições desta Assembleia, esta Assembleia no seu todo continua descuidada, ou quase toda. Uns por interesses óbvios e outros por desinteresse e outros porque isto dá muita chatice e muito trabalho. E para já ficamos por aqui.

Foram assumidos compromissos comigo de determinadas situações que foram corrigidas e outras que se vão corrigir. Se assim não for, a seu tempo o Presidente da Assembleia Municipal estará cá a tempo, como sempre, para fazer aquilo que tem de fazer porque eu não estou aqui para agradar nem a gregos nem a troianos. Estou aqui para servir o Concelho quando entro aquela porta cá para dentro e que ninguém tenha dúvidas que é assim. Agora, também não sou de fazer fretes nem ao partido onde estou nem ao partido da oposição.

O que eu espero é que se continue o trabalho que se começou aqui hoje na defesa dos interesses do Concelho e que deixemos a política politiqureira. Porque se estivéssemos no lugar e com tempo para se fazer política a sério, eu começava a perguntar a cada um dos Deputados porque é que são de diversos partidos e não são todos do mesmo. O único que aqui está, se calhar, com interesse para ser do CDS sou eu. E entretanto vocês sabem como é que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu penso. Mas isso é uma discussão muito grande e é muito séria porque isto da política não é o Sporting, o Benfica e o Porto. É uma coisa um bocadinho mais séria. Portanto, para não ficarmos aqui até muito tarde isto fica assim.

O Sr. Presidente da Assembleia tem uma linha e todos vocês sabem que eu tenho uma linha. A mim não me move nada nem contra o Sr. Presidente da Câmara de quem sou amigo do peito como já aqui disse, mas isso não me impede de dizer ao Sr. Presidente da Câmara aquilo que eu entendo que deve ser a boa governação do Concelho. Eu sei que em noventa por cento dos casos quando discordamos ele não o faz por mal nem com intenção se calhar também o faz por causa da prática que aqui sempre existiu e onde eu estive envolvido.

Como digo, vou entregar-lhes este livrinho. Está cá aquilo que deve ser uma Assembleia Municipal. E não fui eu que o disse. As intervenções que aqui estão são do antigo Presidente do Tribunal Constitucional e são do Sr. Dr. António Cândido Macedo de Oliveira que é Professor Catedrático de Direito da Universidade do Minho e é também Diretor do NEDAL-Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais.

O Presidente da Assembleia Municipal faz o trabalho dele e eu gostava muito que esta Assembleia no seu todo começasse a fazer o seu trabalho. Se calhar ganhávamos todos e ganhava o Concelho. É esse o desafio que vos vou deixar. E quando for para discutirmos o Regimento estarei cá para apreciar as vossas propostas e para vos fazer as minhas.

Espero tê-los esclarecido, mas se for necessário estou disponível para prestar mais esclarecimentos sobre estes e outros assuntos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“Eu já li um bocado desse livro e espero agora representar bem o meu papel de Deputado e espero estar à altura dos pergaminhos desta casa que muito nos honra.

Em primeiro lugar, congratulo-me com o facto de ter havido uma unanimidade relativamente a um assunto tão premente, tão importante e tão fundamental para o desenvolvimento da nossa terra. Já andamos há tantos anos a ouvir falar desses IC's e é bom que de uma vez por todas nós possamos unir-nos e termos uma força conjunta para que possamos de uma vez por todas definir claramente quais os itinerários que são fundamentais para o desenvolvimento desta nossa zona.

Mas o assunto que me traz hoje aqui não é o alcatrão e não é o cimento, é, acima de tudo o Social. Sou confrontado no dia-a-dia com dificuldades sociais, com debilidades sociais, quero falar porque é essa a minha forma de estar e tentar defender os mais desfavorecidos. É nessa perspetiva que eu aqui estou.

No correio recebi dois envelopes com um conjunto de documentação e chamou-me à atenção o Relatório de Avaliação sobre os Ativosociais. Ultimamente tanto se tem falado na comunicação social, tanto se tem falado sobre os POC's e sobre os Ativosociais.

Queria enaltecer a postura desta Câmara Municipal relativamente aos Ativosociais porque nós às vezes confundimos as coisas e falamos sem saber.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quero em primeiro lugar congratular-me com o facto de esta Câmara ter sido pioneira nesse programa dos Ativosociais. Tive algum tempo, do pouco que me resta, para ler o relatório de avaliação do programa Ativosociais e apercebi-me que foram criados cento e um postos de trabalho e que dessas cento e uma pessoas que, ou era o primeiro emprego ou porque eram desempregados de longa duração, e é bom que tenhamos essa preocupação, e é bom que tenhamos essa sensibilidade social. Quando há um flagelo nacional e quando todos nós nos apercebemos de uma taxa nacional de 16,7 % de desemprego, que não é bem real, e que haja uma Câmara que tenha sensibilidade social e que pretenda ajudar as pessoas, nomeadamente aqueles que mais necessidades têm, e permitir-lhes que durante um período de tempo, e neste caso um ano, possam adquirir experiência e adquirir uma mais-valia para os preparar para o futuro e para lhes abrir perspectivas de emprego. Eu realço e ressalvo que dessas cento e uma pessoas, cinquenta e cinco irão ter um emprego efetivo.

Quando ouço aqui falar sobre os POC's (Programas Ocupacionais) quero dizer que temos que ter algum cuidado e alguma sensibilidade quando falamos em POC's porque um POC não é nenhum emprego mas sim uma ocupação social de alguém que está fragilizado, de alguém que perdeu o emprego. Todos nós temos que perceber e ajudar aqueles que mais necessitam.

Toda esta situação deriva de um País que não olhou para os desempregados e não promoveu políticas de emprego para que os problemas sociais sejam colmatados.

Se há problemas a nível de emprego esses problemas refletem-se na escola e em toda a sociedade e não vale a pena escamotear uma situação que a todos nós tem vindo a perturbar.

Quero, mais uma vez, dar os parabéns para que se continue com esses programas de ajuda às pessoas mais necessitadas.

Quero também felicitar a constituição da equipa multidisciplinar, uma equipa de técnicos, que estão a ajudar o agrupamento de escolas na resolução de problemas sociais e de problemas de alunos com dificuldades de aprendizagem. Estes técnicos, psicólogos e professores do ensino especial, estão a ser uma ajuda extremamente preciosa para a resolução desses problemas. Esperemos que esta preocupação e sensibilidade social continue e que o *slogan* "Tudo pelas pessoas" seja posto em prática e seja incentivado.

Quero também questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre qual a estratégia e quais os paços que já deu no sentido de definir uma estratégia para o Quadro Comunitário 2014/2020?

Relativamente às Escolas do Primeiro Ciclo que estão devolutas, e tenho conhecimento de algumas Escolas que estão há muito tempo ao abandono, o que é que pensa a Câmara Municipal e nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara relativamente à ocupação dessas Escolas do Primeiro Ciclo? Fazer um concurso de ideias? Utilizar ou dar essas Escolas às Juntas porque poderão ser utilizadas para outros fins?

O Sr. Presidente da Câmara falou que iria atribuir no âmbito dos POC's, no âmbito dos estágios, no âmbito dos Ativosociais, elementos para colocar nas extintas Juntas de Freguesia. Queria saber qual o ponto de situação relativamente a esse programa?"



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Na última Assembleia Municipal tive a oportunidade de questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do Incentivo Municipal à Natalidade. Efetivamente, foi aprovado na reunião de Câmara a redução deste incentivo. Sempre pensei que os compromissos assumidos por este Executivo para com os mais jovens fossem para ser cumpridos.

Como os compromissos assumidos não foram cumpridos e porque para mim esta foi uma decisão inadmissível, não poderei compactuar com esta decisão.

Efetivamente, em primeiro lugar têm que estar as pessoas. Esta afirmação não pode ficar exclusivamente para o discurso demagógico e devemos passar à prática. Aplicar estratégias e métodos como utilizam os outros concelhos. Não vale a pena agora a argumentação estafada de que toda a culpa é do Governo. A opção de reduzir o quantitativo atribuído ao programa de Incentivo da Natalidade é da inteira responsabilidade desta maioria Socialista e por isso, para mim, é eticamente reprovável e politicamente incorreto reduzir este apoio de Incentivo à Natalidade tendo em conta todo o contexto social em que vivemos. Era preferível que reduzissem outras despesas a nível de funcionamento de Câmara e que o reajustamento fosse feito por esse lado e não para o lado da redução a estes incentivos. Se existe dinheiro para outras coisas também terá que haver dinheiro para esta causa. Eu, dentro das possibilidades que tenho costumo ler as atas das reuniões de Câmara e confesso que me entristece a forma como é aplicado o dinheiro de todos nós.

Relembro que este programa também dinamiza o comércio local e apoia os nossos lojistas uma vez que os jovens têm que obrigatoriamente fazer compras no nosso comércio local como forma de receberem o incentivo. Por este motivo gostava de apelar à sensibilidade de todos os membros da Assembleia trazendo a este órgão sob a forma de Moção o meu desejo para que este Executivo retroceda na sua decisão de baixar o incentivo atribuído a este Programa Municipal de Incentivo à Natalidade.

Não podemos ter um discurso para vender e outro para utilizar. Como tal, temos que ter valores e princípios. Evidentemente que em primeiro lugar devem estar as pessoas.

Esta é a Moção, que passo a ler: *“Respeitosamente solicito aos membros desta Assembleia Municipal para votarem favoravelmente esta Moção no sentido de este Executivo repensar a sua decisão em relação a este Programa tendo em vista manter os montantes anteriormente praticados pois não podemos esquecer todo o contexto social e económico existente!”*

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu tenho alguma dificuldade em aceitar esta Moção porque ela não é objetiva. Eu sugeria-lhe que explicitasse efetivamente qual é o objetivo para que eu a possa aceitar a Moção porque qualquer pessoa que leia esta Moção acaba por não a entender.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor fez uma intervenção e eu percebi o que é que o Senhor pretende que se faça, mas em termos de Moção é necessário fazer uma outra redação para se perceber qual é de facto o conteúdo da Moção.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, se calhar, eu exprimi-me mal.

Eu solicito aos Membros desta Assembleia Municipal para votarem favoravelmente esta Moção de manter os montantes anteriormente praticados.”

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“É preciso saber se há inscrições para a discussão?

No fundo o Sr. Deputado Nuno Caetano manifesta a sua posição relativamente à redução no subsídio de Incentivo à Natalidade e por isso o Senhor propõe ou recomenda à Assembleia...”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“O que eu pretendo é que se mantenham os valores que eram anteriormente entregues.

É uma competência da Câmara mas eu tenho a liberdade de demonstrar publicamente o meu desacordo e pedir aos Deputados Municipais que tenham a sensibilidade para esta causa porque é uma causa social que apoia os jovens do Concelho para o Incentivo à Natalidade e o subsídio atribuído vai dinamizar a economia local.

Eu não sei onde é que está a dúvida nesta situação?

Agora é assim: Não se pode apregoar que é “Tudo pelas Pessoas” e depois, passados três meses, esquecer estas decisões.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como o Senhor sabe nós já aprovamos aqui o orçamento onde essas coisas estão definidas e portanto esse é que era o momento para dizer que não concorda com os valores porque neste momento a Câmara terá que atuar de acordo com os documentos que aqui aprovámos e por isso não podemos estar aqui em contradição. De qualquer forma, ficou percebida a sua manifestação de desacordo com a redução do valor atribuído no subsídio de Incentivo à Natalidade.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Só para clarificar as situações gostava de perguntar se não há a possibilidade de fazer uma retificação ao orçamento? Eu acho que sim.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu só venho sensibilizar as pessoas para analisarem esta situação para que ela possa vir a ser alterada.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Nuno Caetano isto insere-se naquilo que eu há pouco referi de que temos que começar todos a fazer o trabalho bem feito.

Eu estou a perceber-lo e até estou relativamente de acordo consigo, mas, como digo, nós temos que começar a fazer o trabalho bem feito porque estes assuntos não podem ser trados de qualquer maneira.

Como o Senhor sabe nós aprovámos na última Assembleia o Orçamento e estas verbas vinham lá definidas, contudo, o Sr. Presidente da Câmara vai esclarecer o assunto para que todos possam ajuizar da melhor maneira a decisão a tomar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A questão colocada pelo Sr. Deputado Nuno Caetano tem toda a lógica mas não é propriamente esta Assembleia Municipal que define estes valores, contudo, pode ser uma recomendação para o Executivo.

Como sabem, a aprovação dos regulamentos é da competência da Assembleia Municipal e este Regulamento de Incentivo à Natalidade foi aprovado pela Assembleia Municipal.

Com a criação deste Projeto de Incentivo à Natalidade foram feitas estimativas relativamente ao número de crianças e também quanto às verbas que eram necessárias colocar em Orçamento.

Acho que este programa foi uma das grandes medidas deste Executivo e também quero dizer que pelo facto de termos reduzido estas verbas não quer dizer que tenhamos esquecido as pessoas mas precisamos de fazer um reajustamento financeiro.

No Regulamento de Incentivo à Natalidade vem especificado que a Câmara Municipal pode alterar os valores do incentivo atribuído depois da análise dos valores referentes ao primeiro ano.

Sem dúvida nenhuma que este projeto foi um sucesso e a nossa vitória eleitoral também passou pelo Incentivo à Natalidade.

Os Senhores Deputados do PSD ainda não perceberam porque é que perderam por tanto. Ainda não perceberam que as nossas medidas estão centradas efetivamente nas pessoas.

O Sr. Deputado pensa que agora com este assunto que vai ganhar alguns votos. Mas deixe-me dizer-lhe que o que era importante era o Senhor dizer aqui que é uma vergonha o que este Governo tem feito com a retirada do complemento para os idosos, e com a retirada



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos subsídios de nascimento, e do subsídio de funeral, e com o abono de família. Isso é que o Senhor deveria ter dito.

O Senhor agora não quer que eu lhe responda! Mas há quem tenha mexido nos direitos sociais e não foi o Presidente da Câmara!

O Senhor sabe que este Governo tirou às autarquias perto de um milhão de euros e o Senhor pode concordar, ou não concordar, com as políticas deste Executivo, mas quem assina os cheques todos os meses como nós e eu quero continuar a honrar os compromissos que tenho com aquelas Mães.

Como sabem, o Orçamento teve que ser reduzido mas os subsídios assumidos durante os três anos estão sobre as mesmas regras e não foram mexidos. E não é isso que este Governo faz porque muitas vezes mexe em direitos que foram adquiridos e nós não fizemos isso. Nós respeitámos os compromissos que tínhamos assumido. Só para as crianças nascidas a partir de um de janeiro é que é aplicado este reajustamento.

Este reajustamento foi de setenta e cinco euros para sessenta euros para o primeiro ano, de cinquenta euros para quarenta euros no segundo ano e não mexemos nos trinta euros referentes ao terceiro ano.

Sobre o desenvolvimento económico também lhe quero dizer, e não quero ser desagradável, mas quando ouço algumas pessoas falar em moral e em ética e eu gostava de dizer que o Deputado Nuno Caetano não me dá lições de moral nem de ética por uma razão. Hoje não lhe digo aqui à frente destas pessoas todas mas um dia terei oportunidade de lhe dizer o que é ética e o que é moral. Quando uma pessoa está à frente de uma empresa e depois se passam um conjunto de coisas que hoje não quero dizer aqui.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu só queria dizer que as tais folhas que os Senhores queriam que eu lesse, por acaso este assunto que o Senhor aqui levantou era um dos que eu tinha referido.

Diz o artigo vinte e cinco, número dois, alínea k), que esta Assembleia participa e delibera sobre todos os assuntos de interesse para o município. Também diz a lei que podemos fazer sugestões, não podemos alterar, o Orçamento. É das poucas coisas que não podemos alterar.

Como digo, é preciso começarmos a fazer o trabalho de casa para quando viermos para aqui sabermos o que é que podemos fazer.

Foi dito que eu queria criar uma Câmara dentro de outra Câmara. Não queria e não quero. Quero é que todos tenham consciência dos direitos e dos deveres e de como é que podemos colaborar, criticar e ajudar o Município. Esse é um dos assuntos que eu também me ando a debater com o Senhor Presidente. O que é que nós devemos e podemos fazer? A Lei 75/2013, como todas as leis, e é por isso que nós temos tantos advogados, está ligada com a Lei 5-A/2006 e ainda com a Lei 169/99 e que depois tem mais o Estatuto dos Eleitos, e o Senhor anda o dia inteiro e no final não sabe quais são os seus direitos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A minha luta é esta. É preciso sabermos o que é que andamos aqui a fazer para podermos fazer crítica construtiva e sem perdermos a razão.

No tempo útil, aquando da discussão do Orçamento, não propusemos nenhuma emenda nem nenhuma sugestão.

Eu penso que a posição do Sr. Deputado Nuno Caetano está manifestada. Eu, entendia-a como uma recomendação e é nessa perspetiva que o assunto deveria ficar mas como sabe o Senhor é que decide. Objetivamente não vejo que se possa evoluir muito neste assunto porque é da exclusiva competência da Câmara Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Antes de mais, quero felicitar os Deputados, Carlos Maia e Nuno Vilafanha, pela sua eleição para a Presidência de Comissão Política do PS e do PSD.

Também quero felicitar o Deputado Luís Lagos pela sua eleição para o Conselho Nacional do CDS-PP.

Hoje trago a esta Assembleia duas denúncias ou alertas. A primeira tem a ver com a água potável dos tanques e fontanários públicos da Nossa Senhora dos Milagres em São Paio de Gramaços. Aquela água foi vítima mais uma vez de uma alteração anormal do seu cheiro, cor e odor, ou seja à sua qualidade. Dano ambiental que de imediato foi sinalizado pela Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e consequentemente acompanhado pelos Serviços Técnicos do Município. No entanto, e acima de tudo, por uma questão de salvaguarda da saúde pública, e também tendo em conta que isto é um caso mais do que recorrente, esperamos que perante este ato abusivo se apure o seu responsável para que de uma vez por todas se possam prevenir próximos atos. De forma cuidada, equilibrada e sensata digo: Não nos queiram passar um atestado de ignorância. A saúde pública deverá estar acima de qualquer outro tipo de interesse.

Relativamente ao segundo assunto que aqui trago, e penso que este ainda mais delicado, tenho a dizer o seguinte: Como autarca, como cidadão, como Pai, cabe-me, aqui, nesta intervenção, vir, com bastante preocupação, denunciar e consequentemente dar conhecimento do que é hoje o reflexo do nosso ensino após a constituição do recente Mega-Agrupamento e quais as consequências graves e negativas que dele advém, até porque, de positivas ainda não há qualquer tipo de reconhecimento público, quer dos seus profissionais, quer dos alunos que o frequentam, quer dos encarregados de educação. E o que temos hoje no Concelho, e que possivelmente é a realidade generalizada a todos os restantes estabelecimentos de ensino público do nosso País.

Após este Mega-Atentado ao ensino público principalmente aos ex-Agrupamentos periféricos a quem lhes foi retirada a liderança e o poder de decisão local e de proximidade são hoje espaços escolares sem qualquer tipo de orientação e autoridade. Isto é, estão longe, à deriva, sem rumo e completamente desprotegidos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais do que o risco, e a agravante da qualidade do ensino baixar drasticamente, estes espaços estão também, hoje, a tornar-se palcos contínuos de violência entre alunos. Dados individuais alarmantes em que os mais vulneráveis, principalmente portadores de deficiência, e os mais pequeninos, têm sido as principais vítimas e de vária ordem.

Tendo, nos últimos tempos, vindo a tomar conhecimento de determinados atos, cabe-me, aqui, hoje denunciá-los: Falo-vos do que se tem passado de forma sequencial nestes últimos meses em alguns destes ex-Agrupamentos e que estranhamente parece quererem omitir. Casos passíveis de bullying, atos de racismo e xenofobia, violência física a vários níveis, a atos de mutilação, têm-se deparado nesta comunidade escolar.

Estes atos são alarmantes e graves demais para se manterem fechados. Isto é, ficarem-se pelo silêncio. Pelo contrário! Deverão ter uma reação e conseqüente pedido de averiguação o mais célere possível das demais entidades competentes e responsáveis para o efeito. Aliás, pelo que já me apercebi, este sentimento de insegurança que começa a pairar diariamente sobre estas escolas, acrescido ao medo de represálias de alunos agressores, tem originado receio por parte de alguns encarregados de educação e seus educandos em denunciar e tornar públicos casos destes. Mas, não querendo eu ficar de consciência pesada por qualquer conseqüência e dano mais grave que tais atos possam advir sobre os alunos lesados decidi, por iniciativa própria, tomar hoje no devido local este assunto público.

É esta a atual escola que temos! É este o Portugal real em que vivemos, e isso revolta-me! Dói-me! As pessoas são hoje vistas e tomadas, apenas e só, como números.

Haja mais humanismo e sensatez por quem nos governa na hora da tomada de determinadas decisões, as quais, que, por má opção, podem tudo colocar em risco ou até mesmo destruir o que de bom demorou a construir. O ensino é um deles. Chega, do vale tudo!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Não querendo, e também não é essa a minha obrigação, fazer a defesa da honra do Deputado Nuno Caetano, mas não iria para casa de consciência tranquila se não deixa-se aqui umas palavras, que dirijo em particular ao Sr. Presidente da Câmara: É conhecida e evidente para todos, e quem possa estar distraído ficam aqui as minhas palavras, eu sou amicíssimo do Sr. Presidente da Câmara. Tenho, para além da política, um respeito pessoal por ele e uma amizade que transcende muito a política. Muitas vezes vir a este palco e deixar-lhe uma crítica também é uma dor que me fica muitas vezes no coração, mas os interesses do Concelho estão em primeiro lugar e tem que ser assim, e assim será.

A mesma amizade tenho pelo Nuno Caetano. Eu conheço o Nuno desde miúdo e posso atestar da sua ética, da sua moralidade e do empresário que é.

Eu também sou empresário e muitas vezes na vida das empresas as coisas não correm sempre bem. E este também é um dos problemas deste País que é criticar o insucesso.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Às vezes o insucesso acontece. E quando criticamos o insucesso de um empreendedor estamos a impedir que apareçam mais dez empreendedores porque esse apontamento social, esse castigo e essa punição social que é dada a um empreendedor que falha, é horrível e a partir daí há um bloqueio interior. Eu não estou a dizer que o Nuno falhou, não é nada disso. Também sei que não foi isso que o Sr. Presidente disse.

Pela amizade e pelo respeito que tenho pelos dois peço que esses assuntos não sejam debatidos aqui e que não sejam em praça pública. Cada um terá as suas razões mas não é a amesquinhar-nos que conseguimos acrescentar algo ao Concelho. Acho que as pessoas são muito mais importantes que a vida política e que os partidos. A nossa vida pessoal é muito mais importante do que isso tudo.

Volto a dizer que não ficava bem se não deixasse este apontamento e que não é nenhuma defesa da honra porque também acho que não é precisa.

Também gostava de dirigir uma palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. E uma palavra num tom irónico porque, de facto, eu tenho que o convidar para integrar o meu partido porque, de decisão irrevogável, o meu partido também conhece o termo e está habilitado para o contratar com justiça e a traze-lo para as nossas hostes porque acho que seria uma grande mais-valia.

Depois dizer-lhe, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ainda não acabei consigo, que na última Assembleia eu estive cá! Assisti-o a atacar ferozmente, com a sua capacidade política, o Sr. Presidente da Câmara.

Hoje, veio-nos aqui dizer que atacou o Sr. Presidente da Câmara porque nós somos uns incompetentes, e não é porque o Sr. Presidente da Câmara é incompetente.

Hoje, veio dizer-nos que nós não conhecemos o livro, e que não lemos o livro, e o Sr. Presidente da Câmara é que levou com as culpas na Assembleia Municipal passada.

Mas não foi isso que aconteceu! E o Sr. Presidente da Assembleia sabe que hoje o primeiro momento desta Assembleia devia ter sido o Senhor a dirigir-se a nós, porque se dirigiu aos jornalistas antes de nós, como prometeu que o iria fazer, mas anunciou-lhes diferentemente daquilo nos prometeu que iria anunciar e, portanto, hoje este primeiro momento implicava, segundo a boa regra democrática, que nos explicasse porque é que isso aconteceu.

A primeira regra da democracia é a clareza. E a clareza obrigava-o a chegar aqui, hoje, e, no primeiro momento desta Assembleia, dizer que se na Assembleia Municipal passada tinha retirado a confiança política ao Sr. Presidente da Câmara porque é que lha voltou a dar, e explicar aos Deputados Municipais porque é que isso tinha acontecido. E não foi, certamente, pela nossa incompetência ou pela nossa incapacidade de sermos bons Membros da Assembleia Municipal. Na última Assembleia Municipal, o Senhor disse aqui várias vezes, que não concordava com contratações, e que não concordava com estágios, e que não concordava com haver jornalistas que trabalham lá em cima no “décimo quarto andar”, etc.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acho que não esteve bem. A amizade que eu tenho pelo Sr. Presidente da Câmara também é extensiva a si e peço-lhe desculpa por fazer este apontamento mas também não ia com a consciência tranquila se não o fizesse.

Depois passando àquilo que eu me tinha “mal preparado” para vir dizer, quero dar os parabéns ao Deputado Nuno Vilafanha pela sua eleição e pela nova liderança no PSD.

Depois dizer que não vinha cá falar do célebre perdoa-me ou do endividamento ou dos estágios. Não vinha falar nada disso. Vinha falar do nosso futuro e daquilo que acho que nós como Concelho e como líderes políticos temos obrigação de fazer e de preparar o Concelho para fazer.

O próximo Quadro Comunitário que vem aí coloca as empresas no centro nevrálgico dos apoios comunitários, como o Presidente da Câmara sabe, e sabe muito bem, e está em cima do acontecimento, e isso é um dado positivo para o Concelho. Colocando as empresas no centro nevrálgico era importante, e eu deixo-lhe o desafio, porque eu acho que Oliveira precisa disso, uma nova Zona Industrial. Não desprestigiando a Zona Industrial do Seixo e da Cordinha, mas uma nova Zona Industrial nos arredores de Oliveira do Hospital.

Uma nova Zona Industrial inovadora não só em infraestruturas mas também em serviços e que seja uma Zona Industrial do Século que há de vir. Com uma nova mentalidade e que reunamos algum consenso, que chamemos as pessoas mais capazes sobre estas temáticas de Oliveira e que consigamos ter uma plataforma industrial em Oliveira verdadeiramente fortíssima e atrativa. Isto inclui não só o espaço e a infraestrutura mas também um conjunto de regulamentação, que eu sei que o meu colega e amigo João está a fazer, e a fazer muito bem. Um trabalho feito por ele para mim já é uma garantia, basta ser feito por ele. Eu sei que a Câmara também já está a dar uns paços nisso, mas precisamos de um espaço físico para enquadrar tudo isto e sermos verdadeiramente inovadores porque é nas empresas e na atividade privada que estará no futuro o financiamento público e o crescimento económico. Não tenhamos a mais pequena dúvida sobre isso. Se pensarmos de outra forma estamos a ir no caminho errado.

Nós podemos apoiar as pessoas e é verdade que podemos apoiar as pessoas. Nós podemos despejar dinheiro público em cima das pessoas e isso resolverá no imediato o problema das pessoas mas não resolve o problema futuro das pessoas.

O futuro das pessoas só se resolve com um investimento plural, um investimento reprodutivo e nós temos obrigação moral e ética enquanto políticos se quisermos melhorar essas condições no nosso Concelho e para que o nosso Concelho seja verdadeiramente conhecido pelo seu dinamismo económico, pelo seu crescimento económico e pela sua afirmação económica como já foi no passado.

Depois deixava uma sugestão ao Vereador José Francisco Rolo. A ADI tem responsabilidade em ajudar o comércio local e eu deixava aqui um desafio. O nosso comércio estando encerrado ao domingo leva a que as pessoas procurem o comércio nas áreas urbanas mais fortes e mais concorrenciais do que nós. É o Fórum em Viseu, é o Fórum em Coimbra, é o Palácio do Gelo, e todos esses centros de consumo, e se nós conseguíssemos formar uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associação Comercial em Oliveira que reunisse os nossos comerciantes e que os desafiasse para abrirem os estabelecimentos durante todo o fim de semana no Verão, porque há muita gente a andar na rua no Verão em Oliveira do Hospital, e podíamos, agregando algumas actividades de rua, conseguir que as pessoas comprassem em Oliveira e promover algum dinamismo económico. Se já estamos a fazer isso é ótimo. Fico muito contente.

Para terminar deixava um desafio ao Sr. Presidente da Câmara: Temos cinquenta e dois estagiários na Câmara Municipal, também me dirão que já estão a fazer isso, e se já o estão a fazer também fico contente. Esses estagiários não têm que estar aqui na Câmara.

Eu ficava feliz se a Câmara criasse condições para colocar esses cinquenta e dois estagiários nas empresas do nosso Concelho para ajudar essas empresas na sua internacionalização, para ajudar essas empresas na sua afirmação, para ajudar essas empresas na sua organização.

Se nós tivermos a capacidade de colocar essa mão-de-obra qualificada que aqui temos lá fora, nas nossas empresas, e as ajudarmos a crescer, estamos a cumprir o nosso papel e muito bem. E essas pessoas sentir-se-ão também muito mais recompensadas porque é muito mais gratificante estarmos a trabalhar em algo que é reprodutivo e que, de facto, está a originar mais alguma coisa do que muitas vezes arranjaríamos só um emprego para termos um salário no fim do mês.

Deixava esse desafio e acho que era importante. Se já o estiverem a fazer e se já está a ser construído o regulamento como aqui foi anunciado, e eu até já tinha falado com o José Francisco sobre isso, fico contente por isso já estar a ser feito e cá estaremos depois para avaliar a concretização do mesmo. Deixo esta nota e em tempos, muito antes de estar no relatório dos Ativosociais, tive a oportunidade de dizer isso num almoço da Confraria do Medronho.

Termino, mais uma vez com um apelo à serenidade, ao bom senso, ao bom espírito, porque só se isto existir é que existirá todo o resto. Nós não ganhamos nada se nos estivermos a ofender uns aos outros e se estivermos a remar uns contra os outros porque quando passamos a fronteira do Mondego para baixo não há PS, não há PSD, não há CDS, só há Oliveira do Hospital. Se em conjunto, de uma forma que não necessita de ser amiga, e nem confundir unanimidade com unanimismo, não é isso que se pretende, mas se conseguirmos de uma forma integrada e saudável discutir os nossos problemas e acrescentar mais ao Concelho eu ficaria muito feliz por ter participado nesta Assembleia.”

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Dr. Luís Lagos, eu quando vim para estas coisas já sabia que quem se irrita muito depressa não pode andar nesta vida.

Por acaso já tinha feito uma confidência com o Dr. Rodrigues Gonçalves acerca da incompetência. Eu também sei quando falho mas não retiro o que disse. Eu sou uma pessoa com coerência. O Senhor está cá novo, sentiu a crítica e tem razão de, mas o Senhor não estava cá antes. O Sr. Rui Abrantes, que também nos presenteia hoje com a sua presença, fez



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui um dia uma intervenção onde eu disse que esta Assembleia Municipal cumpre os serviços mínimos. Volto-lhe a dizer que a grande discussão, e eu não tenho segredos na minha vida, e onde começou a discussão com o Sr. Presidente da Câmara foi precisamente por causa do problema dos serviços mínimos. E volto a dizer que estavam aqui vinte e nove membros da oposição, que à segunda reunião já não eram vinte e nove e eram só três ou quatro, e no fim ainda havia dois ou três que defendiam a sua posição. O que eu quero dizer é que a nossa função é bastante mais do que vir aqui de três em três meses darmos uns mimos e uns cumprimentos uns aos outros.

A questão que foi feita está aqui prevista no artigo das competências de funcionamento da Assembleia, artigo vinte e seis, número dois, alínea k), como estão outras.

Eu quando levanto estes problemas, não é para estarmos aqui de polícias ou de Guarda Republicana a fiscalizar o Sr. Presidente e a Câmara no seu conjunto, mas é para estarmos a dar o nosso contributo porque estamos aqui trinta e sete pessoas e que também temos responsabilidades. Como eu tinha dito ao Sr. Presidente, é a Câmara que responde perante esta Assembleia e não é a Assembleia que responde perante a Câmara.

O que é verdade, e o Sr. Prof. António Cândido também refere aqui no seu livro, é que na maioria das Câmaras Municipais do nosso País o entendimento que está instalado é diverso. Aliás, ele também refere que no dia das eleições toda a gente quer saber quantos Presidentes de Câmara foram eleitos e ninguém quer saber quem é que teve as maiorias nas Assembleias.

O que eu disse e mantenho é que todos os membros da Assembleia, incluindo eu, que terminaram funções no último mandato se quiserem fazer um exame de consciência, ficaram mal com a consciência com o desempenho que aqui aconteceu.

Estando no poder não me compete questionar determinadas situações. Como disse, mantive uma atitude mais passiva porque a força política com que eu fui eleito era um terço desta Assembleia e, portanto, a Câmara estava em minoria. Se quem foi eleito para ser oposição a não faz convenientemente, vou ser eu que vou estar aqui a fazê-la?

O Sr. Presidente da Câmara disse aqui muitas vezes que o António Lopes era a principal oposição que ele tinha, e não fez favor nenhum em o dizer porque, efetivamente, como era minha obrigação em termos da tal magistratura de influência, era o que se passava.

Por exemplo, a lei diz, e voltamos ao Regimento, que a Ordem do Dia da Assembleia Municipal pode e deve ser discutida com os agrupamentos políticos. Mas eu não tenho agrupamentos políticos para discutir! E então, eu não tenho razão naquilo que afirmo?

Eu tenho espírito democrático e estou aqui com toda a abertura. Vamos trabalhar em conjunto e vamos fazer o que temos que fazer. Agora, quem tinha que ter essa iniciativa eram os Senhores e não era eu.

Eu e o Sr. Presidente limámos arestas, como eu disse, no sentido de se resolverem os problemas que é essa a nossa função e é esse o meu dever. E estamos nessa perspetiva. Já



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse há pouco e não vou repetir. Estou na expectativa e convencido que as coisas têm que andar para onde têm que andar

A grande força da discussão entre mim e ele não foram os assuntos que aqui falei, naturalmente que eu não sou nenhum anjo e naturalmente eu vim aqui colocar aqueles assuntos que eu sabia que devia com é evidente.

Agora, Sr. Doutor, não há e eu não retiro, e estamos em início de mandato, e antigamente havia oposição e agora não há. Nós deste lado temos a obrigação de exercer o contraditório, subentenda-se a correção de poderes, é para isso que existe a Assembleia. E por isso, eu estou cá na minha missão e volto a dizer que espero que neste mandato tenhamos uma atitude mais construtiva e mais pró-ativa. Isto não é para andarmos aqui de espingarda a render-nos à vez a guardar o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores.

Quanto à questão do perdoa-me isso é um título que a Sra. Jornalista entendeu dar à notícia e eu por norma não me meto no trabalho dos jornalistas porque respeito muito a independência do seu trabalho. Cada um faz as análises que faz porque eu também fiz as minhas, mas isso não me choca por aí adiante.

Eu oriento-me com uma certa forma de ser e de estar e tenho uma linha de orientação e já disse que o que me anima aqui dentro chama-se Oliveira do Hospital e, por isso, faço sempre questão, e não é só nas tomadas de posse, de dizer que a bandeira de Oliveira está sempre à frente do partido que aqui represento e já o aqui demonstrei várias vezes e se tiver de o demonstrar mais alguma pois não tenham dúvidas que o farei.

Não vejo onde é que há aqui incoerência nem desrespeito porque a última coisa que eu faria era desrespeitar esta Assembleia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Peço ao Sr. Presidente da Assembleia um pouco de contemplação porque tal como o Sr. Deputado Raul Dinis, eu também trago aqui um documento escrito que ainda tem algumas linhas e também necessitarei de mais algum tempo.

Mas antes de entrar neste assunto queria referir que já se falou aqui nesta Assembleia na questão da saúde, já se falou em Centros de Saúde, já se falou em transporte de doentes, já se falou em Extensões de Saúde e eu gostaria também de abordar esse tema.

Quanto às Extensões de Saúde eu tenho falado com o Sr. Presidente da Câmara, mais concretamente em relação ao ponto da situação da construção da Extensão de Saúde do Ervedal da Beira. Mas, existe uma outra questão, que foi um compromisso que eu assumi, e que o Sr. Presidente da Câmara também assumiu, e sei que também já fez diligências nesse campo, e que tem a ver com a ida da Unidade Móvel de Saúde da Fundação Aurélio Amaro Dinis, que esta Câmara comprou a expensas próprias ou seja com dinheiro de todos nós, e que será para estar ao serviço das populações.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em dezembro passado, numa reunião da Comissão Social Inter-freguesias da Cordinha, foi dito pelo Sr. Presidente da Fundação que colocaria dois enfermeiros para que se pudessem deslocar nessa Unidade Móvel àquelas localidades onde existem idosos que estão acamados e que têm dificuldades para se deslocar à Extensão de Saúde mais próxima e que essa assistência de enfermagem seria feita na casa desses idosos acamados. Passados mais de dois meses ainda não vi no terreno qualquer ação da Unidade Móvel neste sentido. Tenho ouvido dizer que a Unidade Móvel vai servindo para transportar análises clínicas que vêm para a Fundação. Não sei se serão essas as funções para uma Unidade Móvel e se uma outra viatura não poderá fazer esse serviço para que a Unidade Móvel pudesse realmente desempenhar o papel que realmente deve desempenhar.

Relativamente a outra questão quero dizer que já alertei a Câmara, mas até agora ainda não apareceu ninguém na Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira para fazer o levantamento e a classificação, tal como já foi solicitado, de uma enorme e vergonhosa lixeira que existe há anos por trás do cemitério em Vila Franca da Beira. Nesta lixeira existem toneladas de lixo que ali foi colocado com a autorização da Junta de Freguesia mas que está ali paredes meias com o cemitério que é um local de respeito e de devoção e onde as pessoas têm os seus entes queridos.

Sr. Presidente da Câmara, faço-lhe o apelo para que os serviços responsáveis desta Câmara Municipal venham ter comigo, por favor, para fazermos a inventariação de tudo aquilo que ali há para que futuramente aquele espaço tenha ordem e para que não sejam feitos ali despejos de lixos, sejam eles de que tipo forem. Já no tempo de César de Oliveira acabámos com as lixeiras a céu aberto e agora foi criada ali uma lixeira nestes últimos anos.

Queria também felicitar os Deputados Nuno Vilafanha e Luís Lagos pelos lugares para que foram eleitos e dizer-lhes que conto com eles para uma luta partidária e para a defesa intransigente daquilo que são os grandes desígnios do Concelho.

Um dos grandes desígnios do Concelho, e devo dizer-vos que me admirei, e não sei se vai haver mais alguma intervenção, mas já falaram vários Deputados da oposição e achei estranho por não ouvir uma única referência a este grande desígnio. Já ouvi aqui grandes preocupações pelo Subsídio da Natalidade onde foi cortado cinco euros ou dez euros, e não ouvi aqui ninguém da oposição a levantar a voz quanto a um problema, a um desígnio, e esse sim, um grande desígnio para as populações deste Concelho: Esta Câmara Municipal resolveu alterar as tarifas da água, e penso que tem justificativos suficientes para o fazer, mas eu não ouvi aqui ninguém a fazer uma referência a isso.

Eu quero dizer-vos que já ouvi um certo número de comentários lá fora, e pelos vistos a nossa oposição deve andar um pouco distraída, porque realmente este assunto já anda lá fora e as pessoas já receberam uma carta do Município a comunicar a alteração das tarifas da água e obviamente que as pessoas estão preocupadas.

Mas quanto à água eu entendo que alguma coisa tem que ser feita. A Câmara Municipal tem os argumentos que tem, e que obviamente são de peso, para poder mexer nas tarifas da água. Mas penso que nós podemos ir mais além. Independentemente da Câmara Municipal ter de arrecadar para os cofres do Município mais dinheiro, por via deste aumento



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das tarifas, para baixar o défice que existe no setor da água e dos esgotos eu penso que aqui tem que ser feita mais alguma coisa.

Eu trago aqui uma Moção em defesa de uma tarifa nacional única para a água para consumo humano. Isso é que é justiça, meus amigos! É por isso que nós temos que lutar porque todos nós sabemos que somos dos Concelhos que compramos a água caríssima a nível do País e somos dos Concelhos que a vende muito mais barata a nível do País e por isso isto tinha que dar mau resultado. E obviamente que o resultado está à vista.

A Moção é esta que agora passo a ler:

“Moção de Defesa: Por uma Tarifa Nacional para a Água para Consumo Humano.

Como é por todos sabido, os Municípios foram obrigados à integração em Sistemas Multimunicipais ou Intermunicipais de abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais.

O Município de Oliveira do Hospital acabou por aderir há mais de uma década ao Sistema Multimunicipal de Águas do Zêzere e Côa.

É verdade que muitos investimentos foram realizados, ao nível do reforço do abastecimento de água e criação de infraestruturas para o tratamento de esgotos.

Foi visível nos últimos anos a criação de várias estações de tratamento de águas residuais (ETARS) no Concelho de Oliveira do Hospital, que acabaram com os esgotos a céu aberto, por um lado, e contribuíram para o reforço do abastecimento de água ao domicílio, quando muitas vezes, nos verões essa mesma água faltava nas torneiras de várias localidades.

Houve de facto um acréscimo visível na qualidade de vida das populações, particularmente nas regiões do interior, mais atrasado no acesso a estes bens e serviços e, é notório, houve um acréscimo de qualidade na preservação e conservação do ambiente.

Mas há, contudo, questões por resolver: O défice nos tarifários da água e do tratamento de esgotos.

Ou seja, os Municípios, particularmente os do Interior, por mais que se esforcem e tenham as suas finanças equilibradas, não conseguem comportar o custo real do abastecimento de água e tratamento de esgotos. Estão integrados em Sistemas que, por si só, têm custos mas não têm escala que permita níveis de sustentabilidade.

Problema que, atente-se, é de âmbito nacional e que está a colocar em causa a sustentabilidade financeira das autarquias, como vem sendo denunciado e demonstrado sem equívocos pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

A própria ANMP tem vindo a afirmar-se contra a fixação de tarifas da água pelo regulador, isto é, pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), que insiste na atualização, aumento entenda-se dos tarifários. É referido que para além de “entrar em conflito aberto” com a Constituição, viola também a Lei das Finanças Locais e “a própria lei que estabelece as competências dos órgãos dos municípios”, conforme



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referiu há dias o Presidente da ANMP. “A ERSAR é uma entidade de supervisão e de fiscalização, não se podendo substituir às atribuições e competências que a lei atribui aos municípios”.

Mais, é inaceitável e inoportável para os Municípios e para os consumidores as imposições da Lei 73/2013, aprovada em três e quatro de setembro, precisamente menos de um mês antes das eleições autárquicas de dois mil e treze. Até pela data se estranha esta decisão de aprovação, da também designada nova Lei das Finanças Locais.

Essa lei obriga que os municípios a que a sustentação económica dos custos da prestação do serviço devem ser refletidos na tarifa. Isto é, deve ser aplicado o custo real ao cidadão.

Será possível para os municípios e para os consumidores suportar tal imposição? É evidente que não. Muito menos no atual ambiente de austeridade e falta de recursos.

Temos que perceber que tal imposição elevaria os custos de abastecimento de água e dos tratamentos de esgotos para custos insuportáveis.

Pelo exposto, somos apelar a esta Assembleia Municipal e aos partidos aqui representados que:

- Sendo a água um bem público de inquestionável interesse estratégico, esta não deverá avançar para processos de privatização do seu abastecimento, que a tornem num bem inalcançável ou um bem de luxo.

Este é um bem público a defender dos interesses económicos financeiros.

- Deverá ser retomada o quanto antes a ideia de levar à prática aquilo que era uma proposta em elaboração pela anterior Ministra do Ambiente que foi membro desta Assembleia Municipal e aqui por várias vezes defendeu essa política, no sentido de haver uma harmonização do tarifário nacional da água.

- Neste sentido deve ser levado por diante a decisão de criação, imediata, do proclamado FETA – Fundo de Equilíbrio Tarifário, precisamente para que as Zonas e Sistemas com tarifas mais baixas e mais rentáveis, localizados nas zonas com maior escala de consumo e de receitas – isto no litoral e nos meios urbanos e com densidade demográfica, possam ajudar a equilibrar e a proporcionar uma tarifa mais baixa aos sistemas multimunicipais do interior do país, e daí aos seus consumidores, ou seja, aos municípios.

Também na água se impõe uma política de solidariedade nacional, a bem da coesão de um país cada vez mais desigual.

Esta é a medida justa. Esta é a medida equilibrada.

Insistimos que o preço da água e o tratamento de esgotos, poderá vir a ficar insustentável pela aplicação da Lei 73/2013, no seu artigo 21º, quando quer imputar o custo real da água e do tratamento dos esgotos aos consumidores.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atualmente, municípios como o de Oliveira do Hospital já suporta um custo social com a água e o tratamento de esgotos que impede que os munícipes paguem a fatura real do custo do serviço. Possui Tarifário Social e Tarifário para Famílias Numerosas.

- Em abono dessa elementar justiça, vimos propôs que, a partir da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, o Governo de Portugal estude e aplique uma Tarifa nacional para Água, que assente no princípio da harmonização nacional do tarifário, para que não haja cidadãos de primeira e cidadãos de segunda categoria; os primeiros com acesso a água em quantidade e qualidade a preços baixos e, os segundos, a pagar a água a custos crescentemente inoportáveis.

A água é um bem público que deve estar ao acesso de todos os cidadãos.

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.”

Esta Moção será para enviar ao Sr. Presidente da República, à Sra. Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, ao Sr. Primeiro-Ministro, à Presidência do Conselho de Ministros e ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.”

Não havendo intervenções relativas à Moção apresentada, de imediato se procedeu à votação da Moção de Defesa: Por uma Tarifa Nacional para a Água para Consumo Humano, que foi aprovada por unanimidade.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu venho falar num assunto menos dramático mas não menos importante.

Fez ontem quinhentos anos que Oliveira do Hospital passou a ser um Município. E, faz bem, a Câmara Municipal, em estar a festejar as comemorações dos Forais Manuelinos que começaram no dia nove de fevereiro com o Seixo da Beira e que continuaram, ontem, com uma abertura de uma exposição na Biblioteca Municipal.

Dar os parabéns à Câmara nomeadamente, neste caso concreto, à Sra. Prof^a. Graça Silva que tem sido incansável neste aspeto, quer com prospetos que explicam o que é que foram os Forais, quer com carimbos que foram entregues às Juntas de Freguesia, quer com placas a afixar junto dos Pelourinhos, quer com pendões e tarjetas que vão ser afixadas.

Nós temos ainda este ano mais sete Forais para além destes dois, Seixo da Beira e Oliveira do Hospital que estão em curso, nomeadamente Avô, Ervedal da Beira, Lagares da Beira, Lagos da Beira, Lourosa, Nogueira do Cravo e São Sebastião de Riba de Alva, agora São Sebastião da Feira.

Oliveira do Hospital iniciou ontem as comemorações e vai continuá-las amanhã, sábado, dia um de março, com o lançamento de um livro na Casa da Cultura César de Oliveira. O livro tem por título “*Foral de Oliveira do Hospital e o seu contexto histórico*” para o qual eu peço a vossa presença.

As razões e a decisão de publicar este livro são várias mas eu apontava apenas duas: Não havia nenhuma obra que explicasse convenientemente o Foral, a meu ver; O livro do Dr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Correia das Neves, que é o único que eu conheço, é um livro ótimo mas é um livro muito denso.

Este livro que vai ser publicado amanhã é um livro muito mais ligeiro, como se exige hoje em dia. Eu diria que estes dois livros se complementam, mas amanhã falaremos nisso.

Quanto à decisão sobre a data do lançamento em um de março, o objetivo foi publicá-lo o mais perto possível da data de atribuição do Foral. Como não podia ser feito ontem foi decidido faze-lo amanhã.

Eu recordo-vos que a divisão territorial mais consistente que o reino teve ao longo dos novecentos anos de história, aliás, o facto de estamos aqui hoje é sintomático disso mesmo. Há novecentos anos, mais ou menos, que temos os Municípios constituídos e que tiveram origem exatamente nestas Cartas de Foral. A Carta de Foral reconhece o Município, nos casos em que já havia, por exemplo, Juízes, Mordomos e Alcaldes constituídos nesses lugares e nessas terras. A diferença do Foral do início da nacionalidade é que no início da nacionalidade instituíam e legalizavam os concelhos e os Forais novos de D. Manuel reconhecem e legalizam esses mesmos concelhos, embora D. Manuel o tenha feito no âmbito da centralização do poder.

Convido-vos para estarem presentes no lançamento deste livro, em meu nome pessoal e em nome da Câmara, amanhã à tarde na Casa da Cultura César de Oliveira.

E como se disse há bocadinho em relação às estradas, o Foral não é laranja nem é rosa, e o livro também não o é, nem laranja, nem rosa, mas pelos conceitos de hoje, curiosamente os Forais de mil quinhentos e quinze são mais de direita porque se basearam num movimento histórico de centralização do poder.

Relativamente a outros assuntos muito pontuais, quero dar os parabéns ao Prof. Carvalheira, e eu queria falar também nos Ativosociais, mas dado o adiantar da hora, para além daquilo que foi dito, referir apenas que foram criados, efetivamente, trinta e oito postos de trabalho no contexto dos tal número referido de mais de cem, trinta e oito ficaram efetivos e isto é importantíssimo. Pode parecer pouco mas perguntem às pessoas que ficaram com emprego efetivo se isto é pouco para elas. Neste aspeto, e para não estar aqui a falar sobre isto, pedia para que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara passassem a palavra ao Sr. Vice-Presidente para ele poder falar sobre esta matéria que não é de somenos importância.

A mesma coisa relativamente ao assunto referente ao “Município perto de si”, e que já foi aqui falado. Qual é neste momento o resultado do lançamento deste projeto na Lageosa para sabermos se as coisas têm corrido bem ou não? Eu presumo que tenham corrido bem.

Outro aspeto que gostava de ver tratado é a questão da recuperação e valorização das margens dos rios. Isto é muito importante para as zonas ribeirinhas. Este trabalho foi financiado a cem por cento pelo PRODER e se houvesse tempo, e eu sugeria ao Sr. Presidente da Assembleia que passássemos a fazer as reuniões da Assembleia ao sábado e durante todo o dia porque, de facto, não faz sentido começarmos a estar pressionados pelo tempo e não termos hipótese de falar daquilo que é importante para as populações.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por último: Eu não me posso calar, e queria subscrever aquilo que disse o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe, em relação à degradação física e moral, com consequências criminais, do que está a acontecer nas escolas do Agrupamento. Tenho conhecimento pessoal de uma situação de sodomia que se deve indiciariamente, eu estou a medir as palavras, à falta de vigilância numa escola. Nem sequer a Comunicação Social agarrou nisto!

Isto é gravíssimo e é pena que não sejam os responsáveis pelas decisões, com o estrito interesse económico, a serem as vítimas das consequências das suas erradas decisões.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, queria dizer que registo e agradeço as suas palavras e quero dizer que é com esse tipo de palavras que eu cresço como pessoa e me vou formando como indivíduo. Nunca virei as costas a nada e estou cá sempre para dar a cara. Agora, como tem que entender, eu tenho que defender os interesses do meu Concelho e entendo que esta medida era desnecessária tendo em conta que esta Câmara tem condições financeiras para apoiar este Programa da Natalidade. Se não fosse assim não gastava dinheiro de todos nós da forma como gasta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho que responder ao Sr. Deputado Nuno Caetano e dizer-lhe que tem toda a legitimidade para levantar o problema do Subsídio da Natalidade, e estar de acordo, ou não estar de acordo com ele. Mas, o Senhor pôs em causa os valores e os princípios deste Presidente do Município.

Como não sou hipócrita, nem com o Sr. Deputado, nem com os Governantes, quero dizer que não sei o que é que lhe pesa na consciência, mas tenho que lhe dizer que me referia concretamente, e vou-lhe dizer aqui sem problemas nenhuns, aos valores e princípios que o Senhor falou. O Senhor ganhou um prémio do Empreender +, também votado por mim, e hoje o Senhor ocupa a maior sala na Incubadora, fazendo dela um depósito de motas, e sem atividade absolutamente nenhuma. E eu pergunto, se isso reflete a ética ou a moral? É só sobre isto que eu falei.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Temos que analisar a conjuntura atual do País e, efetivamente, neste momento eu tenho a sorte de abraçar outro tipo de negócios e estou-me a virar para a exportação para criar riqueza no País. E tenho conseguido criar riqueza, e criar emprego, e dinamizar as economias.

Relativamente à BLC3 e ao facto de ter as instalações, também lhe tenho a dizer, Sr. Presidente, que pedi um espaço mais pequeno porque não tenho necessidade de ficar com esse espaço maior, mas também lhe tenho que dizer que pago uma renda mensal por esse espaço.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E, então, o Sr. Presidente é que tem de explicar o porquê de determinados valores que vão para a BLC3. Não sou eu que tenho de explicar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Deputado Nuno Caetano que se eu estivesse no seu lugar, e se fosse com os meus valores e princípios, eu tinha devolvido o prémio à Câmara Municipal. É só isto e termino aqui.

Vou responder agora às intervenções dos Senhores Deputados e queria em primeiro lugar dar os parabéns ao Deputado Nuno Vilafanha pela eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD e ao Deputado Carlos Artur pela eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do PS.

Registo a postura em relação aos IC's porque estas são matérias em que nos podemos juntar para discutir e colocarmos o Concelho realmente à frente das bandeiras partidárias porque, se calhar, haveria aqui algumas pessoas que gostariam, com certeza, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fosse para esse lado e fosse hoje o líder da oposição.

O Sr. Presidente da Assembleia já disse que discutimos os assuntos mas eu não posso deixar, até porque foram ditas aqui algumas coisas, e aquilo que eu quero dizer é o seguinte: Eu fui eleito para defender o Concelho, e a minha grande bandeira é Oliveira do Hospital, e não é só a bandeira do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Eu fui eleito para ser o Presidente do Município. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem que exercer as competências inerentes à Assembleia e por isso estamos todos de acordo. Se alguém pensa que eu cedo a qualquer tipo de pressão, desengane-se porque enquanto eu estiver neste lugar sei qual é o caminho, estou disponível para discutir todos os assuntos porque sou um homem de diálogo, como o fiz sempre no passado com o Sr. Presidente da Assembleia e continuo disponível para trabalharmos neste registo, porque se nós os dois estivermos neste registo somos mais fortes e somos capazes de levar o Concelho para a frente.

Também quero dizer que a relação de amizade não tem nada a ver com isto. O que se passa são perspetivas diferentes mas pode dar aqui a impressão que foi o Presidente da Câmara que fez isto tudo mal e que de repente o Sr. Presidente da Assembleia descobriu que isto estava tudo mal. Quero dizer que também farei coisas mal mas que também farei muitas coisas bem. E na minha ótica nem tudo o que foi dito era mal e tenho esse direito.

Eu e o Sr. Presidente da Assembleia debatemos e achámos que havia alguns reajustamentos para fazer relativamente a algumas coisas que poderiam estar menos bem, e outras defendi que aquele era o meu caminho não abdicando dele. Ninguém vendeu a alma ao diabo para continuarmos a trabalhar.

Eu também penso que aquilo que move o Sr. Presidente da Assembleia e os Senhores Deputados é o interesse do Concelho.

O Concelho sobrepõe-se aos diferendos que eu tenho com o Sr. Presidente da Assembleia até porque fomos eleitos os dois pelo mesmo partido. Mas, também percebo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

claramente que havia quem gostasse deste desentendimento, e até houve aí um Deputado que empregou a palavra “*desmascarar*”. Eu quero dizer a esse Deputado que eu nem no Carnaval me costumo mascarar, mas conheço alguns que sem máscara andam mascarados todo o ano. Por isso quero dizer ao Senhor Deputado que eu não ando mascarado e que se enganou quando empregou a palavra que o Sr. Presidente da Assembleia me desmascarou. Mas desmascarou-me em quê? Se o Senhor tem dados relativamente à existência de algumas ilegalidades o Senhor faça o favor de as apresentar. Mas nem o Sr. Presidente da Assembleia Municipal me desmascarou porque não tinha que me desmascarar, e o termo foi seu e não foi meu. Eu sei o que é o Carnaval!

Eu estou disponível para a melhoria. O Sr. Presidente da Câmara, nos termos da lei, deve proporcionar à Assembleia Municipal alguns meios para que possa desempenhar as suas funções e é isto que devemos fazer.

Também quero felicitar o Dr. Luís Lagos pela sua eleição para a Comissão Nacional do CDS-PP o que para nós é uma honra e que para todos os Oliveirenses é motivo de orgulho. Estar neste lugar de destaque e onde sabemos que tem voz e que fala mesmo que esteja em minoria.

Relativamente aos restauros das esculturas no Santuário de Aldeia das Dez, quero dizer ao Deputado André que fez bem em colocar este problema porque houve um conjunto de televisões que me contactaram mas eu não fiz declarações por uma razão simples. Eu não posso deixar de lamentar que Oliveira do Hospital ande na Comunicação Social por estas razões até porque para nós o Santuário da Nossa Senhora das Preces no seu todo é um monumento que consideramos muito valioso. Mas na verdade nem o Presidente da Câmara nem nenhum dos seus Vereadores têm qualquer responsabilidade nesta matéria porque em dois mil e sete, pura e simplesmente, não tínhamos responsabilidades na gestão municipal. Mas também chamar o Presidente da Câmara Municipal de dois mil e sete por causa deste assunto eu também acho que é absolutamente indigno porque penso que o Presidente da Câmara anterior não teve responsabilidades com o que se passou porque as obras não eram da competência da Câmara, se bem que houve um subsídio para essas obras. Sublinho que aquele património pertence à Irmandade da Nossa Senhora das Preces e não estava sob a alçada da Câmara Municipal. O que eu posso dizer é que nós estamos disponíveis para acompanhar o processo na tentativa de recuperar o que foi mal feito com especialista desta área. É para isso que estamos cá e por isso da parte do Município estamos disponíveis para encontrar soluções.

A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira questionou as obras na ponte que se situa na estrada que liga Lagares da Beira a Travanca de Lagos e sobre este assunto quero dizer que neste momento por precaução está a haver uma auditoria à ponte porque apareceram algumas rasgos e isso preocupou-nos. Por uma questão de precaução colocámos os respetivos sinais. Estamos à espera de uma inspeção e do seu relatório, o que desejo que seja rápido, para percebermos se é necessário fazer alguma intervenção porque a reparação daquela ponte é da responsabilidade da Câmara Municipal.

A Deputada Patrícia Moreirinhas falou sobre a questão da falta de médicos e eu estou convencido que Lagares da Beira ainda tem médico.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à intervenção do Deputado Nuno Vilafanha eu quero dizer-lhe que não é verdade o que disse em relação à Comunidade Intermunicipal. O Sr. Presidente da Comunidade Intermunicipal, que vai sair na próxima sexta-feira, temos reunião às onze horas em Coimbra, teve o cuidado de numa conferência de imprensa, onde eu estive, de levar isto à ribalta e foi um assunto que foi discutido dentro da Comunidade Intermunicipal e ele próprio fez a defesa publicamente. Dizer que a Comunidade Intermunicipal de Coimbra anda a dormir é porque não tem conhecimentos para fazer estas considerações. Ainda na quinta-feira houve uma reunião com o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Castro Almeida, e onde esteve a Presidente do Fundo Social Europeu e onde temos um documento que os dezanove Presidentes de Câmara têm vindo a discutir num plano estratégico para toda a região. Tem havido muito mais trabalho, passo menos tempo aqui em Oliveira, mas tem havido muito trabalho em Coimbra.

Um Deputado colocou aqui a questão do problema da internet em Oliveira do Hospital e eu quero dizer-lhe que Oliveira do Hospital colocou essa reivindicação nesse documento estratégico.

Também lhe quero dizer que um documento estratégico para o Quadro Comunitário não é propriamente o documento para um Concelho e é nisso que nós vamos ter que evoluir. Porque o Plano estratégico tem que ser referente a uma região e nós temos que começar a ver estas coisas com outros olhos. Eu amanhã posso enviar-lhe todo o trabalho que temos feito e que temos negociado e que todos os Concelhos indicaram como prioritários.

Em relação à Comunidade Intermunicipal o que tem havido é alguma indefinição relativamente à saída do Dr. Manuel Machado e que penso que vamos resolver numa reunião na terça-feira dia de Carnaval às onze horas.

Mas, neste momento já há um documento muito bem construído e que ainda não está fechado e por isso desafio as forças do PSD para nos indicarem as prioridades que considerem importantes para o Concelho.

Eu gostava de vos poder falar sobre o Plano Estratégico para a Região Centro mas para isso levaríamos aqui a noite toda. Poderíamos falar se vai haver ou não reabilitação urbana e também há outras coisas muito interessantes. Nestes trabalhos estava a Presidente do Fundo Social Europeu, a Sra. Eng.^a Rosa Reis, e o Sr. Secretário de Estado e também já estivemos reunidos com o Sr. Ministro, Dr. Poiares Maduro, e também a Dra. Cristina Oliveira no Conselho Regional do Centro.

Há coisas que eu acho que são extraordinárias, enquanto uns dizem que alguns andam aqui a vaguear pelos corredores, nesta reunião de terça-feira o Sr. Secretário de Estado disse que vai haver cento e sessenta e dois milhões de euros para estágios e que as Câmaras Municipais não podem desperdiçar oportunidades. Eu fiquei orgulhoso porque nós já estamos a fazer aquilo que o Governo nos está a dar como diretriz.

Também digo ao Deputado Rafael que é capaz de encontrar algumas pessoas a vaguear, mas há outros que puseram cerca de oitocentas mil pessoas a vaguear pelo País e houve outros que as puseram a vaguear para o estrangeiro. Aqui podem vaguear alguns mas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós estamos a fazer um trabalho que na minha opinião é reconhecido e o Governo está agora a dar indicações para irmos por este caminho e nós um ano antes já o tínhamos começado. Penso que fizemos bem, contudo, estamos sujeitos a críticas mas isso não nos impediu de continuar por esse caminho e de apresentarmos relatórios sobre estas atividades para medirmos e para fazermos reajustamentos. Sempre que os programas são lançados é preciso deixá-los desenvolver para depois fazer a avaliação para os reajustar ou para acabar com eles.

Dou como exemplo o Programa Município Perto de Si porque houve alguém que levantou esta questão: O Programa Município Perto de Si foi lançado não só na Lajeosa mas também em Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, e em Penalva de Alva e São Sebastião da Feira. Neste momento os dados que temos não revelam que seja um programa com sucesso. Estamos a fazer uma nova análise para ver o que é que podemos alterar para que ele se torne um sucesso. O Carlos Veloso que é o Coordenador do programa o Município Perto de Si e é também o Coordenador dos estágios vai apresentar esta semana um relatório sobre todas as funções que os estagiários desempenharam para analisarmos o que é que correu bem e o que é que correu mal. Nós fazemos aqui a avaliação de todos estes programas e de todas estas verbas.

Esta nova linha de financiamento que vai chegar a trezentos e trinta e dois milhões de euros e vai ser sobretudo de combate ao desemprego, e que poderá vir na linha do que disse o Dr. Luís Lagos, em ser a Câmara a dinamizar e financiar um conjunto de estágios porque o nosso regulamento ainda não permite subsidiarmos as empresas diretamente. É esse o trabalho que está a fazer o nosso Vereador João Ramalhete.

Ainda sobre o Quadro Comunitário e porque tenho a oportunidade de também fazer parte da negociação, quero dizer que é importante termos todos consciência que este Quadro Comunitário não aponta para obras físicas. A maior parte do dinheiro vai para as empresas e tem um objetivo claro e, que eu quero dizer, que estou completamente de acordo.

Há aqui um novo paradigma. Nós podemos ter as melhores terras, podemos ter os melhores paralelos, podemos ter as melhores estradas mas, meus caros amigos, se lá não tivermos pessoas não vai valer a pena fazermos o investimento.

Também estou de acordo com o Deputado Luís Lagos, quando ele diz que nos devemos concentrar num novo paradigma em termos de desenvolvimento.

Estive numa reunião com os Senhores Presidente de Junta onde com grande frontalidade lhes disse que com este novo paradigma é fundamental definir prioridades para o desenvolvimento do Concelho.

A primeira prioridade que está subjacente no nosso Projeto é o desenvolvimento económico, com o objetivo de criação de riqueza, que irá traduzir-se num aumento de empregabilidade e por sua vez irá combater o desemprego.

Se conseguirmos ter esta primeira prioridade bem assente por conseguinte não necessitamos de ter políticas sociais tão fortes para o combate à pobreza.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também desafiei os Srs. Presidentes de Junta para que numa próxima reunião fizéssemos a definição de prioridades para as obras físicas.

Também no âmbito do Quadro Comunitário e em relação às novas Zonas Industriais quero dizer que não há dinheiro e também foi dito por um Técnico de Bruxelas que Portugal tem áreas industriais por ocupar do tamanho das áreas industriais da Alemanha.

Este poderá ser um tempo de oportunidades e eu tenho feito alguns contactos e nós temos que fazer o seguinte, e este é um esforço que nós temos que fazer: Em relação às Zonas Industriais as empresas não se vão localizar na zona de Lisboa, isto é, o investimento estrangeiro procura zonas do interior para se localizar porque a área de Lisboa não vai ter dinheiros do Quadro Comunitário devido aos rendimentos *per capita*.

E onde é que tem sido neste Plano Estratégico da Região de Coimbra uma batalha do vosso Presidente? É que as zonas de população baixa não concorram e eu disse ao Sr. Secretário de Estado que Oliveira do Hospital não pode concorrer com Coimbra e com a Figueira da Foz porque se não eles comem tudo e não deixam nada. As zonas de baixa densidade populacional têm que ter verbas próprias e isto está no nosso plano estratégico como uma proposta minha. A minha eleição como Vice-Presidente teve muito a ver com esta minha proposta e visão para com os Concelhos pequenos e até tinha a maioria para ser o Presidente mas eu achei que não era a altura porque o Concelho ainda precisava de mim porque eu tinha o número de municípios suficientes para disputar a liderança da Comunidade Intermunicipal. Para nós e para todos os Concelhos mais limítrofes como a Pampilhosa da Serra, Tábua, Arganil, Góis, é importante que este nosso Plano Estratégico tenha esta questão da densidade populacional bem clara.

Relativamente à regeneração urbana as obras que eu penso que eram importantes e que precisavam de ser requalificadas são a zona histórica de Oliveira do Hospital e o rio de Cavalos. São zonas de regeneração urbana que são necessárias. Em todas as reuniões dizem-me que não vai haver obras para a regeneração urbana mas pode-se chegar à regeneração urbana através do aspeto social e também através da eficiência energética.

Este trabalho do Plano Estratégico da Região de Coimbra, como eu disse, não está fechado e por isso eu estou disponível para nos juntarmos com as outras forças políticas para definirmos o que é que nós entendemos como prioridades.

Há também um investimento dos dezanove municípios que tem a ver com a floresta e que eu acho que vai ser importante porque vai haver muito dinheiro para a floresta mas os projetos não podem ser municipais têm que ser supramunicipais.

Há também as ITI (Intervenções Territoriais Integradas) e cada Comunidade pode ter uma ITI, mas os dezanove municípios têm que estar unidos e por isso há ainda aqui muito trabalho.

Vai haver também dinheiro para a área do turismo, mas este dinheiro é sobretudo para os privados com a finalidade do desenvolvimento económico gerando trabalho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre a Extensão de Saúde de Ervedal ainda há o problema do terreno e relativamente à Unidade Móvel de Saúde vamos realizar uma reunião para tentarmos pôr a Unidade Móvel de Saúde ao serviço das populações. Estamos a fazer o projeto mas era importante que a despesa fosse dividida entre a Administração Regional de Saúde e a Câmara Municipal. Da parte da Fundação Aurélio Amaro Dinis também há essa vontade para fazermos um protocolo mas estou a negociar com a Administração Regional de Saúde para ver se eles participam com alguma coisa porque a saúde é uma área do Governo Central, mas de qualquer maneira estou disponível para colaborar.

Ainda há aqui muitas perguntas mas não consigo responder a tudo porque o tempo já não permite.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“Vou tentar ser rápido porque sei que o adiantar da hora não me permite falar muito tempo.

Há pouco na minha intervenção utilizei a expressão debilidade social. Nós com responsabilidade nesta Assembleia, todos nós devemos ter sempre esse pressuposto subjacente em cada uma das nossas intervenções e devemos ter esse cuidado quando falamos no social e nas debilidades sociais que infelizmente vão grassando por este Concelho. E a educação também está inserida nesse conjunto de debilidades sociais porque a escola é o espelho da sociedade.

Aquilo que eu queria pedir, era que todos nós quando falamos, e tratamos de assuntos da escola, tenhamos alguma contenção verbal e possamos medir bem as palavras porque os assuntos da escola são da inteira responsabilidade da escola. E os problemas que eventualmente existam na escola são de resolução na escola e são de resolução interna.

Não me parece justo, e não me parece correto, que possamos trazer para a praça pública situações que possam eventualmente surgir numa escola ou numa instituição de solidariedade ou no que quer que seja.

Todos nós temos responsabilidade de saber tratar estes assuntos com a maior delicadeza e com a maior responsabilidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Sr. Prof. Carvalheira, com todo o respeito mas estas palavras que vou proferir são dirigidas a si.

Logicamente que dentro da minha percetibilidade percebi que essa mensagem foi dirigida a mim. Mas o que eu tenho que lhe dizer é que este assunto é sério demais para ficar só dentro da escola.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se fosse só um ato, dois atos, três atos, que eu tivesse conhecimento, se calhar, e foi o que eu fiz durante algum tempo, eu calava, mas o problema é se estes atos não param. Isto está a afetar famílias e eu não vim aqui falar em vão porque há pessoas que desabafaram comigo.

Se há pessoa que aqui defende as crianças e que salvaguarda os seus interesses sou eu. Se hoje vim aqui é porque estou preocupado que isto possa vir a alastrar neste tipo de ensino atual. Foi isso que eu quis salientar. As próprias escolas onde neste momento não há liderança estão a sentir efeitos de desgraça e isto pode criar danos irreversíveis em seres humanos. Para que não aconteça o que já aconteceu, infelizmente, a estes lesados e para que não alastrem estes casos a outros, se não conseguirem pôr um ponto final.

Eu não vim aqui pôr em causa o vosso trabalho porque eu sei que vocês dentro das vossas possibilidades fazem o melhor para eles, e eu tenho consciência disso, mas isto é um problema que vai para além da escola. Há famílias, há mães, há pais a sofrerem com isto.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Como Vereadora da Educação fico bastante triste pelo momento que aqui foi retratado.

Queria corroborar as palavras do Deputado Carlos Carvalheira porque, de facto, falar de educação é um tema muito sensível e muito delicado e, se calhar, deveríamos ter o cuidado de deixar que a escola tratasse do assunto que certamente, e sei que está a ser tratado pelos trâmites legais necessários, como sempre tratou. Problemas que hoje existem e, se calhar, estão agravados por uma série de situações que nós conhecemos, mas atendendo àquilo que foi aqui apresentado, apenas dizia que nos devemos solidarizar com o trabalho da equipa da direção do CAP(Comissão Administrativa Provisória) que tem sido bastante meritório e tem feito um esforço muito grande face aquilo que é o maior agrupamento do País e isso também tem que ser lembrado.

As dificuldades são muitas. Os problemas são muitos. E por isso, face a todos esses problemas, queria testemunhar como Vereadora da Educação esse trabalho feito pela Direção.

Os problemas que têm surgido, de facto, são graves mas também sei que estão a ser tratados como eles devem ser tratados. No âmbito da CPCJ(Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) e no âmbito dos trâmites legais.

Queria deixar aqui um agradecimento à CAP(Comissão Administrativa Provisória) pelo esforço que tem tido com esta complicação e com este aglomerado de alunos num só Agrupamento.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos então entrar no Período da Ordem do Dia que eu sei que é um bocadinho mais rápido, mas, em boa verdade, acho que hoje batemos o record de quatro horas no Período de Antes da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quero lembrar que isto tem que ter algum controlo e que se for cumprido o Regimento o CDS tem direito a intervir dez minutos, a CDU tem direito a intervir cinco minutos, os Srs. Presidentes de Junta Independentes tem direito a intervir cinco minutos, sobram trinta e cinco minutos, para trinta e quatro deputados, o que é praticamente um minuto por cada deputado. A esta luz o PS fica com vinte e cinco minutos e o PSD fica com dez minutos. Estas são as regras.

Defendo o diálogo, mas quanto ao novo Regimento eu gostava de ter a vossa opinião porque não me sinto confortável se depois me dizem, e vocês sabem que esse não é o critério, mas isto não pode continuar neste registo.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de dar nota de uma informação em relação a um problema que o Executivo teve e que não foi aqui abordado que é o problema do endividamento líquido.

Quero dizer a alguns que se preocupam com isso, porque há algumas fotocópias nos cafés, que o Presidente da Câmara não esconde, até porque aqui na Câmara Municipal enquanto eu for Presidente é tudo transparente. As opções podem ser erradas mas transparência acima de tudo e toda a gente tem direito a saber o que se passa na Câmara e, por isso, levei a reunião de Câmara esta comunicação sobre o endividamento líquido.

Em Oliveira do Hospital de dois mil e dez para dois mil e onze a dívida foi de 0%. Se Oliveira do Hospital tivesse passado com dois milhões de euros de dívida não tinha problema nenhum, mas como Oliveira do Hospital passou com endividamento zero, já houve este problema.

Em dois mil e onze houve algumas regras que foram tomadas a meio do ano. Como por exemplo, a dívida à Associação de Municípios de Planalto Beirão também passou a contar para a dívida da Câmara Municipal e ainda houve dois problemas que nos penalizaram brutalmente. Digo isto não é para me desculpar, há quem se desculpasse com os técnicos, mas é verdade que uma fatura de cerca de cem mil euros do Centro Escolar de Nogueira do Cravo entrou no dia trinta e um de dezembro quando ela devia ter entrado a dois de janeiro.

Outro problema é com a conta da EDP em que a fatura da despesa foi lançada a trinta e um de dezembro e a receita foi lançada a quatro de janeiro. E isto, de certa forma, desequilibrou as contas e atirou-nos para o endividamento. Mas, nós estamos dentro dos parâmetros do endividamento porque todos os anos é publicado pela Assembleia da República qual é o volume de endividamento que podemos ter. A lei fixou um limite de endividamento líquido de 125% em cada ano, em relação a uma parte da receita Municipal, estando Oliveira do Hospital muito longe desse limite.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Devido a este endividamento líquido o Governo cativou-nos uma parte da transferência do FEF no valor de duzentos e oitenta e cinco mil quinhentos e dezoito euros tal como cativou a outros municípios.

Também tenho que dizer que nós somos o único caso a quem cativaram verbas sem termos nenhum pagamento em atraso ou seja não havia atrasos superiores a noventa dias.

Este problema obrigou-me a fazer uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, que eu convidei e que vai estar presente na abertura da feira do Queijo, e com a Diretora Geral das Autarquias Locais onde fizemos um compromisso para que posteriormente nos anulassem esta verba cativa porque era uma injustiça comparativamente com outros municípios que têm grandes dívidas.

As dificuldades financeira do Município de Oliveira do Hospital só se passam em relação ao saneamento é à água e isto não é um problema de gestão.

Criámos uma equipa multidisciplinar para resolver este problema e reduzir o *deficit* na conta da água na ordem dos quinhentos mil euros fazendo com que sejam desviadas as águas pluviais das redes de saneamento e fazendo a colocação de contadores nos locais onde eles não existem para que se possa fazer o controlo dos gastos. Também um dos trabalhos desta equipa multidisciplinar é encontrar poços para que essa água seja utilizada na rega dos jardins, dado que para esse efeito não é necessário utilizar água tratada, e assim já podemos diminuir a quantidade de água tratada a comprar e baixar a nossa fatura.

Também com o aumento do tarifário da água estamos a tentar reduzir este deficit na água e tenho que vos dizer que o meu Executivo teve um cuidado extremo, e fez um trabalho muito bem feito, para que as famílias fossem pouco oneradas com este aumento porque é uma altura de muitas dificuldades para as pessoas.

Se esta situação não for invertida asfixiará financeiramente o Município de Oliveira do Hospital e as verbas só chegarão para pagar os salários e não haverá atividade autárquica. Mas não é isso que nós queremos.

Também estamos a fazer um grande trabalho, que já mostrou resultados, relacionado com a eficiência energética. Temos que baixar a nossa fatura de iluminação pública e de iluminação em alguns edifícios. Dou-vos o exemplo dos repuxos da rotunda do Cento de Saúde que custavam à Câmara Municipal por mês entre dois mil e quinhentos a três mil euros e nós não temos possibilidade de manter estas despesas. Também já poupamos, com as leituras que a EDP fazia por estimativa, trinta e cinco mil euros. Neste momento já temos toda a iluminação pública referenciada com o objetivo, e em colaboração com as Juntas de Freguesia, de apagarmos no Concelho pelo menos oitocentas iluminarias em locais que não sejam necessárias.

Neste momento temos um relatório bastante detalhado que nos indica onde é que gastamos o dinheiro e sabemos que se pouparmos este dinheiro na energia as Juntas podem ter mais meios para resolverem os seus problemas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vou enviar o relatório sobre a eficiência energética a todos os representantes dos grupos parlamentares porque é bom criticar mas às vezes não sabemos o que é que estamos a fazer.

Estamos a trabalhar para ter a Câmara sustentável financeiramente mesmo que alguns achassem que com o endividamento líquido a Câmara não tinha dinheiro e até puseram umas fotocópias nos cafés para as pessoas verem o nosso endividamento. Mas não é por aí, porque aquela foi uma situação injusta e o Sr. Secretário de Estado da Administração Local estará cá para me ajudar a resolver o problema.”

Não havendo intervenções relativas ao Ponto I, seguidamente entrou-se no Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão ao Orçamento para 2014 e às Grandes Opções do Plano para 2014/2017.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta 1ª Revisão ao Orçamento para 2014 e às Grandes Opções do Plano para 2014/2017 tem a ver com o saldo em dinheiro da gerência anterior (2013) que tem de transitar agora, no valor de setecentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e cinco euros e quarenta e oito centésimos. Através desta revisão ao orçamento o saldo é inscrito na receita aumentando assim a receita anual orçamentada servindo-se de contrapartida do reforço das despesas correntes no valor de quinhentos e trinta e seis mil e quarenta e cinco euros destacando-se destas o reforço de duzentos mil euros nas transferências para as freguesias. O valor restante de cento e oitenta e oito mil e quinhentos euros foi utilizado para reforço de despesas de capital, tais como, infraestruturas, arruamentos, espaços públicos e abastecimento de água.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão ao Orçamento para 2014 e às Grandes Opções do Plano para 2014/2017, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação, nos termos do n.º 1 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de nomeação de auditor externo para Certificação Legal de Contas.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar aqui o seguinte esclarecimento, e quero dizer ao Deputado Nuno Vilafanha que relativamente ao atraso no envio dos documentos e em relação à ata eu penso que tem toda a razão e quero dizer-lhe que em relação a alguns documentos houve aqui o seguinte problema: A pedido da Vereadora Cristina Oliveira, e derivado aos seus afazeres profissionais, alterámos a reunião de Câmara de quinta para sexta-feira o que implicou depois o atraso no envio de alguns documentos. Contudo a lei até diz que os documentos podem ser enviados com quarenta e oito horas de antecedência.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este ajuste direto é um ajuste direto por convite. Foram selecionadas cinco empresas para este contrato que tinham como perfil a experiência na revisão de contas com Câmaras Municipais e que nos davam garantias.

Quem ganhou foi a BDO - Associados, Revisores Oficiais de Contas, Lda., que é a empresa que está na Câmara Municipal do Porto há já um conjunto de anos com o Dr. Rui Rio. Esta empresa também faz a Certificação de contas da Câmara Municipal de Arganil. Fiquei bastante satisfeito por ter sido esta empresa a ganhar porque é uma empresa que tem muita experiência e que poderá ser útil na Certificação Legal de Contas.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto III - Apreciação, nos termos do n.º 1 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de nomeação de auditor externo para Certificação Legal de Contas, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), n.º1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dava aqui duas informações aos Srs. Deputados e aos Srs. Presidentes de Junta sobre um assunto que me esqueci de referir: O Cadastro do Concelho vai arrancar através de uma empresa a Municípiã. Este projeto pioneiro já esteve lançado no terreno, como sabem, mas depois o Governo suspendeu-o.

Vejo com bons olhos este arranque e o trabalho terá que estar pronto até ao final de maio de dois mil e quinze.

A empresa Municípiã, em colaboração com a Câmara Municipal e com o GIP(Gabinete de Inserção Profissional), vai formar uma equipa e vai contratar trinta e oito pessoas que terão empregos até maio de dois mil e quinze.

Também no âmbito do Projeto da Modernização Administrativa quero dizer que já se podem inscrever e que já temos a funcionar um portal de serviço *on line*. Este é um investimento de perto de quinhentos mil euros e que foi participado pelo Quadro Comunitário. Ainda esta semana esteve aqui na Câmara Municipal o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Sines para visitarem o nosso Balcão Único e para verem todo este sistema para o implementarem em Sines. Também o Município de Oleiros já solicitou uma visita porque este nosso projeto é considerado um projeto com sucesso.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje vou ser muito breve dado o adiantar da hora.

Chamava a atenção desta Assembleia para este Ponto IV e para o apelo do Sr. Presidente da Assembleia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se aprovarmos isto ficamos, nas palavras do Sr. Presidente da Assembleia, nos serviços mínimos. É só isto que eu tenho a dizer.

Queria fazer uma pequena malandrice, que era fugir um bocadinho do Ponto IV. Na verdade, como a Sra. Vereadora da Educação e como o Deputado Carlos Carvalheira também estou indignado com aquilo que se passou aqui hoje.

Sou professor e estou à frente de uma escola onde temos quatro administradores e infelizmente temos quinhentos alunos, e infelizmente não conseguimos evitar estas situações. Estas situações não acontecem devido àquilo que foi aqui dito. Estas situações acontecem não é por falta de vigilância. Muitas vezes acontecem em casa.

Aquilo que se fez aqui hoje foi passar um atestado de menoridade a quem dirige o Agrupamento e só por uma razão. Esqueçam a Dra. Cristina Oliveira. Não façam política com os alunos. Deixem os alunos em paz. É só isso que eu peço.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto IV de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais é uma prática corrente em várias Câmaras Municipais. Esta prática não é só de agora é anterior às últimas eleições de dois mil e treze. É uma prática legal instituída em várias Câmaras de diversas cores políticas e por isso acho que devemos votar favoravelmente este ponto.

Quanto a este assunto das escolas e do que se esta a passar nas escolas só quero dizer que é muito melhor pôr a cabeça dentro da areia e esconder os problemas do que traze-los cá para fora. Eu não pactuo com essa prática.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“A minha declaração de interesses é esta: Em mil novecentos e oitenta e três iniciei funções de inspeção nos CTT. Cinco anos depois passei a dirigente da instrução de processos, estão aqui duas pessoas que confirmam isto, e depois estive três anos como Diretor das inspeções dos CTT.

Portanto, nesta matéria não aceito lições de moral essencialmente de pessoas que nunca exerceram funções nesta área.

Sei o que é a degradação nas instituições porque eu próprio tive responsabilidades durante treze anos nesta matéria. Não foi por acaso que eu levantei este problema.

Matéria de facto: A mãe de um aluno chamou à atenção na escola, várias vezes, e não me obriguem a ir além disto, que a criança andava destabilizada emocionalmente.

É como diz o Eng.º Carlos Inácio é muito mais fácil meter a cabeça na areia.

A mãe do aluno chamou à atenção durante um mês e só quando a coisa rebentou é que deitaram as mãos à cabeça.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, façam o favor e deem credibilidades às intervenções dos outros e não menorizem a experiência dos outros porque eu acho que quase quinze anos de funções de inspeção dão-me algum conhecimento do que é a degradação num serviço.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Isto daqui a pouco está em autogestão.

Queria chamar à atenção especialmente o Sr. Dr. Luís Correia até porque o Senhor costuma ser concreto e conciso mas o Senhor falou em serviços mínimos e não disse porquê.

Não gosto de cortar a palavra a ninguém, sou a favor do debate, mas isto tem que ter regras mínimas porque se não qualquer dia ninguém se entende.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Sr. Dr. Luís Correia, com todo o respeito, mas, primeiro: Eu não aceito de ninguém, porque eu não o faço, que me coloque palavras na boca;

Segundo: Eu não vim aqui para atacar ninguém pessoalmente. Apenas vim alertar para uma situação que faço questão, e agora viro-me para a Comunicação Social, que tenham cuidado com o que vão escrever.

Eu construí um texto para não vir aqui falar de improviso. Tive o cuidado de construir o texto, palavra a palavra, para trazer aqui o essencial, e apenas para alertar.

Não respondo por qualquer outro tipo de intervenções, mas peço, como cidadão e como Pai, tendo em conta o ponto a que isto já chegou que a própria Comunicação Social tenha o devido cuidado no que vai escrever em relação a este assunto. Eu quis, acima de tudo, alertar para que este problema não se alastre.

E mais uma vez repito que tive o cuidado de escrever e medir tudo o que eu disse aqui.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara por me darem a palavra.

Não podia deixar de pedir esta segunda intervenção porque acho que fui, se calhar, mal interpretada.

A minha intervenção foi no sentido, de facto, de me solidarizar com a CAP(Comissão Administrativa Provisória) do Agrupamento e reconhecer aqui publicamente o trabalho que a CAP tem feito.

Também disse que há muitas dificuldades que a CAP tem sentido, e não se pode meter a cabeça na areia, e o Deputado Luís Correia vai ter que me desculpar porque ninguém falou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui na Dra. Cristina Oliveira. Ela está aqui como Vereadora como eu. Mas já que falaram nela vamos ter que pôr aqui o ponto de situação.

Se calhar os problemas estão agravados e acentuados, e nunca se falou destes problemas, que eu saiba, em nenhuma Assembleia se não agora, derivado a um facto, que todos nós sabemos, e que eu não queria falar nele mas sou obrigada porque tocaram nesse assunto, que são os Mega-Agrupamentos.

Não se esqueçam, e eu ainda foquei esse aspeto ligeiramente, que estamos a falar do maior Agrupamento Nacional. Do maior Agrupamento do País.

Temos uma escola com quase três mil alunos.

Estamos a falar de uma escola que tem cerca de trezentos professores.

Estamos a falar de uma escola que tem cento e dez funcionários.

Se quiserem que eu continue a enumerar um conjunto de situações que são diferenciadoras deste Agrupamento, e que nem existem noutra Agrupamento qualquer, eu poderei continuar a dizer.

Graças a esta decisão do MEC (Ministério de Educação e Ciência) e com a anuência da Delegada Regional, ou melhor da Diretora Regional, ex-DREC, há que dizer o seguinte: Se nós estamos a falar de problemas da educação também temos de falar o que é que derivou e o que é que foi consequência desses problemas e penso que ninguém tem dúvidas que esses problemas estão associados com o Mega-Agrupamento.

Aumentaram os problemas porque cada escola, cada ex-Agrupamento tinha a sua Direção. E estas contas são fáceis de fazer. Cada Direção tinha cerca de três elementos. Tinha um Diretor e tinha os seus Coordenadores. Hoje temos apenas um Coordenador responsável que não tinha hábitos de liderança, e que não conhecia o território, e que foi lá colocado provisoriamente porque foi forçado a ter que o fazer. Não estava preparado para o fazer nem sequer foi a eleições.

Não se esqueçam de que esta é a realidade deste Concelho. É assim que está caracterizado o território educativo deste Concelho. E, portanto, não vamos, de facto, meter a cabeça na areia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu acho que este assunto do Mega-Agrupamento já foi suficientemente debatido. Nós não acrescentamos aqui nada e por isso cada uma das partes fica com a sua posição. Devemos todos colaborar perante esta realidade que é uma realidade difícil. Hoje não estou para fazer esse combate porque esse combate já foi feito no passado.

Aquilo que eu desejo é que a CAP, em colaboração com a Câmara Municipal e com todos nós, faça o melhor que puder em prol das nossas crianças.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Ponto IV não tem nada a ver com serviços mínimos como disse o Deputado Dr. Luís Correia. Este assunto está relacionado com alguns concursos que serão ratificados na Assembleia como por exemplo os contratos do combustível.

Este Ponto IV está relacionado com casos de excecionalidade e com motivos de simplificação e celeridade processual.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IV - Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), n.º1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, que foi aprovado por maioria, com cinco votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto V - Autorização para celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução nas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem esta autorização está prevista na Lei n.º 75/2013 e numa forma de relacionamento com as Juntas de Freguesia.

Há aqui ligeiras diferenças em relação a algumas Juntas de Freguesia que fazem a recolha do lixo porque só havia uma que recebia que era São Gião e agora por uma questão de justiça fizemos o levantamento de todas e por isso há este acrescento.

Este assunto está contemplado na lei e está relacionado com a forma como vamos transmitir essas verbas para as Juntas de Freguesia.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Autorização para celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução nas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de São Gião.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de São Gião, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1, do artigo 26º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como sabem já falamos aqui neste Ponto na última Assembleia. Propositadamente, e dentro dos princípios que defendo, deixei dois meses para nos debruçarmos com a necessária profundidade sobre o assunto. Aqui não podemos dizer que não tivemos tempos para a devida análise.

Foi pedida a participação de todos, com os seus contributos e achegas, para eventual melhoria. Quero dizer que considero o anterior Regimento relativamente bem feito. Havia necessidade de fazer algumas adaptações devido às alterações legislativas imposta pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, inclusive a redução de cinco Freguesias que do mesmo modo como os Agrupamentos já todos consideramos como dados assumidos e consumados e, de facto, já não há muito a fazer.

Quero mais uma vez agradecer o trabalho do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves. Ele diz, e bem, que é a função da dele que não fazemos mais do que devemos. Aqui não foram feitos os serviços mínimos. Já lhe agradei mas acho que me fica bem voltar a agradecer.

Vamos dar início à discussão deste Ponto VIII. Tenho aqui algumas questões que gostava de discutir mas para não influenciar a discussão vou guardar-me para último.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Na sequência das observações e questões referidas na última reunião, visando contribuir para a apresentação de propostas para a atualização do Regimento da Assembleia Municipal e tendo constatado que não foram efetuadas as alterações que foram referidas propomos as seguintes alterações:

No artigo segundo entendemos que deviam ser incluídas todas as competências da Assembleia Municipal neste artigo, uma vez que não estão todas referidas, podendo constituir um constrangimento, porque nos obriga a consultar a lei em vigor, quando necessário;

No artigo sexto - Incluir todas as competências da Mesa da Assembleia Municipal, pelo mesmo motivo referido anteriormente;

No artigo sétimo - Incluir todas as competências do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Entendemos e continuamos, de facto, algo preocupados com os artigos vigésimo e vigésimo primeiro referentes à intervenção do público.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na última reunião tínhamos sugerido haver um só artigo porque não faz sentido haver dois artigos sobre o mesmo assunto. Também definir o momento da intervenção do público. Tínhamos proposto ser após o Período de Antes da Ordem do Dia para evitar o que está a acontecer hoje, e que já aconteceu no passado, em que o público poderá ter que intervir de madrugada.

Alterar o teor do ponto dois do artigo vigésimo porque consideramos que o teor deste ponto pode limitar o acesso, condicionar e desmotivar a participação dos cidadãos, devendo por isso existir alternativas.

Entendemos que deve ser permitido que os cidadãos se possam dirigir ao plenário expondo o assunto que desejem, desde que incluído no âmbito da atividade municipal, ou formular pedidos de esclarecimento à Mesa.

A nossa proposta seria então substituir o texto pelo seguinte: *“os cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público podem fazer a sua inscrição cinco dias antes, junto dos serviços de apoio à Assembleia Municipal, referindo o nome, morada e o assunto sobre o qual desejam intervir, ou no próprio dia, junto da Mesa de Assembleia Municipal”*, dando esta possibilidade e não limitando a orientação dos cinco dias.

Também propomos retirar o ponto número três do artigo vigésimo primeiro porque repete o teor do ponto número quatro.

Temos dúvidas no teor do ponto dois, do artigo vigésimo primeiro, que diz o seguinte: *“As intervenções referidas no número anterior devem incidir sobre questões de natureza pessoal, social ou comunitária dos intervenientes, não podendo desviar-se para questões de natureza política de reserva dos membros da assembleia.”* Entendo as questões político-partidárias, mas tenho dúvidas relativamente às questões de natureza política. Tendo em conta que numa perspetiva filosófica, segundo Aristóteles o homem é um "animal político", pois somente ele possui a linguagem e esta é o fundamento da comunicação entre os seres humanos. O que consideram ser questões de natureza política?"

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“As questões que a Sra. Dra. Luísa Vales está a colocar têm toda a legitimidade mas estamos outra vez a entrar naquilo que eu digo, que não se pode funcionar assim, porque se agora vamos voltar a redigir isto tudo não saímos daqui antes do nascer do sol. Eu tinha dito para fazerem chegar as propostas porque para fazermos todas estas alterações não há possibilidade de aprovarmos o Regimento hoje.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Não enviámos propostas por escrito porque entendemos que tinham sido abordadas aqui, na última reunião, estas questões que consideramos essenciais, e repensámos e entendemos que não fazia sentido.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ao ler o documento enviado constatei que nenhuma das questões que propusemos aqui foram tidas em conta.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Vai-me desculpar mas não foi esse o meu entendimento. A ideia com que eu fiquei é que globalmente havia um determinado consenso.

O que eu entretanto disse foi que íamos durante estes três meses fazer uma análise mais cuidada e que entretanto fariam chegar as propostas. Obviamente que isto terá que ser minimamente discutido, e era essa a minha intenção, para que de alguma forma tivéssemos um acordo prévio, de qualquer forma a Assembleia Municipal é soberana. Como não temos grupos municipais organizados, não temos comissões e não temos nomeado um grupo de trabalho para elaborar o Regimento é minha intenção que ele seja de facto o mais consensual possível e que não estejamos a fazer um novo Regimento a nosso jeito, cada vez que muda a Câmara. Há aqui alguns pontos que podem suscitar essa conclusão e eu tenho a certeza que não foi esse o espírito do legislador mas de facto gosto de estar acima desse tipo de suspeição.

Também acho que só com essa discussão dos grupos, se os tivéssemos, poderíamos fazer essa discussão prévia e esse acordo prévio. Porque agora, chegarmos aqui e fazermos uma redação nova, acho isso quase impossível.

Se calhar, debatíamos os pontos e faríamos uma reunião extraordinária, mas como eu digo quem decide são os Senhores Deputados.

A ideia com que eu fiquei foi que iríamos redigir as propostas e pelo que vejo a Dra. Luísa tem o seu documento escrito e por isso poderíamos considerá-lo para a discussão mas eu acho que vai ser difícil aprovarmos hoje o Regimento.

O que eu proponha desde já era que se constituísse um grupo de trabalho para elaborarmos um Regimento o mais consensual possível.

Fiquei com a convicção de que iriam fazer cá chegar as propostas e depois que se faria uma reunião mas como não chegou nenhuma proposta eu presumi que estavam de acordo com o Regimento. No início da minha intervenção até provoqueei um bocadinho. Pelos vistos falei demais porque até traziam algum trabalho bem feito.

Também fiz o meu porque fiquei com a convicção de que não iria haver mais nenhuma alteração. Debrucei-me sobre alguns pontos que eu também quero considerar.

Formar esses grupos de trabalho pode ser um bom princípio. As discussões que tem havido começam a trazer a luz, e era esse o objetivo, e depois decidiríamos se faríamos ou não uma reunião extraordinária ou se ficaria para a próxima reunião ordinária.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Fiz o trabalho de casa e tive o cuidado de transmitir ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves as minhas propostas, entendi na altura que era assim e provavelmente houve outros entendimentos.

Dizer também ao Dr. Rodrigues Gonçalves da excelência do trabalho feito, e que no global concordo com o regimento que está aqui.

Essa questão do grupo de trabalho ultrapassa o que eu venho aqui dizer e não vale a pena estarmos aqui a perder mais tempo. Acho que a formação do grupo de trabalho era o ideal.

Proponho que na próxima reunião repetíssemos o Ponto VIII e não numa reunião extraordinária.

Não pondo em causa os artigos que estão aqui que são a transcrição da lei e tenho a certeza que o Dr. Rodrigues Gonçalves os transcreveu da lei e que estão corretos.”

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Naturalmente que temos a lei e que o Regimento não se pode sobrepor a ela.

Temos um Regimento em vigor que globalmente resolve o problema mas não é por causa disso porque as alterações não são substantivas e só estou a dizer isto se assim se entendesse.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Também li o Regimento e fico um bocado estupefacto com aquilo que foi acabado de ser apresentado aqui pela Sr. Dra. Luísa porque...

Bom, vamos de uma vez por todas ver se sabemos aquilo que se pretende. Eu penso que aquilo que se passou nestes últimos quatro anos nesta Assembleia, por mais do que uma vez, levou-nos, penso eu, a todos, e isto não pode ser só aquilo que nos dá jeito em determinados momentos, a uns ou a outros, quer esteja um Executivo de uma cor, quer esteja um Executivo de outra. As coisas não podem nem devem funcionar assim, no meu entender.

A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo é o órgão máximo do Município deste Concelho e, portanto, nós temos que pensar muito bem aquilo que estamos a fazer aqui dentro. E se queremos efetivamente evitar situações como aquelas a que assistimos nestes últimos anos nesta Assembleia, então eu entendo e penso que já se tinha chegado à conclusão de que havia que fazer uma revisão do Regimento no Ponto referente às Intervenções do Público.

Penso que isto foi mais ou menos unânime. Por isso é que eu digo que está muito bem, e obviamente acredito que quem se debruçou sobre este Regimento, ponto por ponto, e à luz da lei, com certeza que verteu para este novo Regimento da Assembleia Municipal aquilo que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi a vontade expressa pelos Membros desta Assembleia, nomeadamente do seu próprio Presidente, quanto ao limitar-se a questão da intervenção do público.

Penso que anteriormente já se chegou a uma conclusão acerca dessa matéria.

Não tenho qualquer espécie de dúvidas de que o que está vertido no artigo vigésimo, como também no artigo vigésimo primeiro, em qualquer um dos seus pontos, está perfeitamente justo e transparece, aqui, aquilo que foi sentido como problema em Assembleias Municipais anteriores, quanto à intervenção do público está vertido, no meu entender, nestes dois artigos e muito bem vertido.

Desculpe lá! Estamos a brincar com coisas sérias! Então a Sra. Dra. Luísa vem aqui dizer que está de acordo quando se estabelece aqui uma antecedência mínima de cinco dias e depois vem aqui dizer que também pode ser no próprio dia?

Estamos a brincar com coisas sérias! Estamos a voltar àquilo que era antes. Por amor de deus, não vamos brincar com coisas sérias.

Nós não somos ingénuos e sabemos interpretar quando nos convém uma coisa e se calhar noutro momento não nos convém. Vamos ser sérios!

A intervenção do público, tal como está previsto na lei, é pura e simplesmente para vir apresentar quer seja na Assembleia Municipal quer seja na Assembleia de Freguesia, e isto tem a ver com a lei das autarquias locais, com questões essencialmente privadas e particulares. Questões pessoais.

A Senhora vem aqui dizer que tem dúvidas quanto à palavra política! Por amor de deus minha Senhora! Desculpe lá! Mas qualquer intervenção do público nesta Assembleia que tenha cariz político não é de cariz pessoal.

Assistimos aqui nesta Assembleia, por mais de uma vez, a intervenções do público que neste púlpito não apresentaram questões pessoais e que vieram fazer juízos de valor político-partidários, porque é disso que estamos a falar.

Eu não admito que a Sra. Dra. venha confundir a Assembleia Municipal com questões destas.

Também quero dizer ao Sr. Presidente da Assembleia que não estou de acordo com a criação do grupo de trabalho. Desculpe lá!

Temos aqui o Regimento para aprovação e por isso vamos aprová-lo se a maioria assim o entender.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Naturalmente que eu dou por não ouvida a questão do “não admito”. Aqui toda a gente tem as opiniões que muito bem entende, que se podem debater como acabou de ser feito, e pode-se concordar, ou não concordar, mas dizer que não se admite!... Que remédio temos nós se não admitir. A opinião de cada um é para ser expressa e depois poderá haver uma votação.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Deputado Carlos Artur, isto tem regras e as regras têm que ser cumpridas. Não posso subscrever que o Senhor diga que não admite a um Deputado que tenha a sua opinião porque tem que admitir. Pode não concordar com ela, e está no seu direito, mas admitir o Senhor tem que admitir.

Vamos lá manter alguma elevação nas regras de discussão porque é para isso que aqui estamos. Para discutir.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“De facto a Sr. Dra. Luísa Vales na última sessão disse que o Regimento estava bem elaborado e também é verdade que se propôs fazer chegar por *mail*, e por isso eu fiquei à espera que todos fizessem chegar por *mail* as alterações ao Regimento.

De facto, hoje, em termos processuais, estamos aqui para aprovar o Regimento. Apesar de tudo, eu diria o seguinte: Na minha opinião parece-me incorreto ser no próprio dia a inscrição dos elementos do público.

Acontece o seguinte, e eu não acredito que haja coincidências, mas, se se lembrarem essa solução pode levar-nos ao que aconteceu exatamente na última Assembleia.

Recordem-se que qualquer pessoa pode vir aqui, senta-se lá atrás, e se durante a sessão houver alguma coisa que não lhe agrade, inscreve-se e vem combater, como aconteceu aqui com Prof. Jano na última sessão que na própria Assembleia quis fazer combate político. Ora, isso é inadmissível. Para isso teria que ser eleito como Membro da Assembleia.

As intervenções do público são para tratar de assuntos de natureza pessoal e particular não é para virem aqui e tirar de esforço. A Sra. Dra. Luísa tem uma posição, que a expressa ali como Membro desta Assembleia, e um elemento do público que está lá atrás não gosta da sua posição e de seguida inscreve-se e vem combater-la. Ora bem, isto, a meu ver, é profundamente incorreto.

Por outro lado, estive a fazer uma pesquisa, o que se chama o direito de comparar com outros regimentos, e não encontrei nenhum em que as pessoas se possam inscrever no próprio dia.

Há ainda uma outra razão, que aliás aparece na doutrina. É que normalmente as pessoas do público vêm aqui tratar de questões particulares e pessoais e têm que dizer no ato da inscrição o que é que vêm fazer para que a própria Câmara se possa informar para responder. Se o público se inscrever uns dias antes já resolve este problema.

A inscrição do público no prazo de cinco dias, na minha opinião, deve ser, de facto, no prazo dos cinco dias e não no próprio dia, e também deve dizer qual é o assunto para a Câmara se preparar.

Quanto à outra questão das intervenções de natureza política quero dizer que é evidente que o artigo vigésimo primeiro, número quatro, diz que o Sr. Presidente pode tirar a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra no caso de a pessoa estar a desviar-se para assuntos de natureza estritamente político-partidária, está lá expresso.

O artigo vigésimo primeiro número dois diz que são questões políticas de reserva dos membros da Assembleia. Portanto, a Sr. Dra. Luísa parou no político, mas veja o artigo porque ele diz que são questões políticas de reserva dos Membros da Assembleia. Portanto, não vamos acrescentar questões político-partidárias de reserva dos Membros da Assembleia. A explicitação do conceito de natureza política está na continuação da frase, “*questões políticas de reserva dos membros da assembleia*”. Foi por isso que eu não dei guarida, embora tenha visto bem a sua proposta, mas em minha opinião, e a Assembleia também o dirá, qualquer das duas propostas têm razão para não prosseguir, uma delas porque se viu o resultado que isso deu na última Assembleia em que o Sr. Presidente da Assembleia teve que mandar chamar a GNR. Ora bem, o que se pretende evitar é exatamente isso.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu vou mais longe. De vez em quando nós estamos aqui nos “cochichos”, não pelos mesmos motivos e para prestar maus exemplos, mas já chagaram aqui dois papeis à Mesa desta Assembleia a fazer críticas à nossa posição, e todos nós assumimos a responsabilidade por aquilo que cada um de nós aqui diz, agora, já não estou de acordo, pessoalmente não me desagradou, tendo o cuidado de dizer que nós temos que saber que tudo o que se faz contra a lei é nulo e de nenhum efeito.

Nós temos uma lei e não acredito que o Regimento se possa sobrepôr à lei e portanto nós podemos sempre recorrer para a lei.

A minha posição, e eu tenho algumas discordâncias com o trabalho, confesso que agora me debrucei mais nesta fase final. O Dr. Rodrigues Gonçalves teve a responsabilidade de fazer o trabalho, e quero pensar que o fez mais bem feito do que eu, mas isso não me impede de ter opinião e tenho valor carecido de a ter, e as minhas discordâncias não são tanto quanto isso. Também deduzi que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves tivesse transcrito *ipsis verbis* a lei e numa primeira abordagem verifiquei que ele teve o cuidado de organizar as coisas.

No entretanto também confesso que me surgiram três questões que para mim são caras e que vão contra tudo o que aqui eu tenho dito que era a alínea i), j) e k) do número dois do artigo vinte e cinco da lei que trata das Moções de Censura e do Direito do Estatuto de Oposição e a questão do Conselho Municipal.

Os Senhores vão à lei, no artigo dezoito nas competências do Presidente da Junta de Freguesia e diz que ele integra o Conselho Municipal de Segurança.

No artigo trinta, alínea g) e diz que o Presidente da Assembleia Municipal faz parte do conselho municipal de segurança e no artigo trinta e cinco alínea yy) o Sr. Presidente da Câmara preside ao conselho municipal de segurança.

A ideia que eu tenho é que nós temos aí uma instituição parecida com isso que é a Proteção Civil mas que a lei também fala dela. Portanto, eu não conheço o Conselho



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal de Segurança como tal e se o conheiro nunca foi convocado para ele e eu não abduco de cumprir com as minhas responsabilidades. Estas questões é que a mim me parecem de importância e que era o que eu gostava de ver contemplado.

Outra questão que para mim, e sem me querer meter na vida dos partidos, e não tenho que o fazer, e hoje até sou uma pessoa independente como os Senhores sabem, o que eu entendo é que deveriam existir os tais grupos municipais por duas ordens de razões: Uma a que acabamos agora de falar.

Acho que um grupo municipal pode muito bem dispor de mais tempo para um orador. O Partido Socialista tem aqui vinte e cinco minutos, tem aqui uma pessoa que é mais especializada num determinado assunto, Essa pessoa, se em nome do grupo pode dispor de tempo dentro do que está distribuído ao partido.

Neste momento temos a felicidade de ter aqui dois líderes partidários que de alguma forma podem exprimir a posição do partido, porque na verdade, se nós tivéssemos as tais comissões especializadas e os tais grupos de trabalho, se calhar poderíamos fazer melhor trabalho e se calhar chagávamos aqui com uma discussão mais elaborada e mais participada e teríamos de facto uma discussão mais profunda e tínhamos tempo para conversar com o Sr. Presidente da Câmara e com o restante Executivo para podermos cumprir com o dever de fiscalização, e que eram as tais quatro ou cinco folhas que os Senhores pensam que não foram escritas.

As folhas foram escritas e naturalmente que quando eu falei com o Sr. Presidente da Câmara e chegámos a um acordo de princípio naturalmente ficaram por ler. O trabalho de oposição naturalmente não cabe ao Presidente da Assembleia. A mim compete-me “arbitrar o jogo”, que no fundo é esse o meu dever.

Este é o meu raciocínio e a minha linha de pensamento e é isto que eu acho que é uma discussão participada e uma discussão democrática.

Esta é a posição do Presidente da Assembleia que não tem que ser a opinião do Partido Socialista, nem do Partido Social Democrata, nem de nenhum outro partido.

Faço questão de que nos momentos próprios marcar a minha posição para que ninguém tenha dúvidas do que é que eu defendo aqui dentro. Porque, no limite, com ou sem Regimento aprovado, com este ou com outro, eu nunca poderei parar de cumprir a minha missão e dizer a qualquer pessoa, não, que isso não está no Regimento. Porque não está no Regimento mas está na lei.

Esta questão que estamos aqui a discutir relativamente ao público falar ou não falar, em bom rigor ele pode recorrer da lei para fazer prevalecer os seus direitos.

Como a Dra. Luísa disse, e bem, respirar é um ato político e por isso é que eu tenho sempre as minhas reservas quanto ao artigo referente ao público. Estamos a falar do Município ou não estamos a falar do Município?

Acho que isto tem que ser uma questão da consciência de cada um de nós dentro de um dever de elevação, que também está no Regimento. Temos que ter, aqui, no tratamento e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nas respostas uns aos outros porque o debate tem que ser vivo mas não tem que ser mal-educado, nem tem que ser com falta de elevação e, portanto, eu gostaria muito que nos encaminhássemos nesse sentido e com esse sentido de responsabilidade.

Eu não quero passar aqui por mais um a cumprir com o tal serviço mínimo e bater palmas. Não é essa a minha postura porque nem o Concelho ganha nem nenhum de nós tem a ganhar.

Acho que o Sr. Presidente da Câmara só tem a ganhar se nós o apoiarmos e se discutirmos com elevação e profundidade os problemas.

As pessoas têm responsabilidades políticas e sabem que na política não vale tudo porque alguns cidadãos estão atentos.

Temos que pôr as nossas questões com algum senso e com alguma razoabilidade e eu noto que isso nem sempre acontece. Penso que isso só pode acontecer, cada vez mais e melhor, se, de facto, houver esta discussão sem truques na manga e sem prejuízo de cada um de nós perder de vista que é preciso ganhar as eleições porque aqui ninguém é anjo e por isso vamos lá ver se a gente se entende.

Agora, não podemos vir aqui dizer que é para defendermos o Concelho e depois o Concelho que vá dar uma volta e o que me interessa é o interesse político. Este é que é o meu raciocínio e esta é que é a minha forma de estar. Por isso é que eu gostava que este Regimento fosse, de facto, o mais participado possível e fosse o mais consentâneo possível.

Entendo que o Regimento da Assembleia Municipal deve ser para melhorar o que existe e não para limitar o que existe. A própria lei encarregou-se de fazer alterações significativas e, como tal, elas têm que estar ali contempladas. Esta é a minha posição, que mantenho, e não tenho nenhum problema em votar a favor ou contra, nesta ou noutras situações. Eu voto de acordo com a minha consciência e de acordo com o que entendo que deve ser e de acordo com aquilo que acabei de explicar.

O Deputado Carlos Artur, líder do Partido Socialista, é de opinião que deve ser votado este Regimento porque está na Ordem do Dia para ser votado. Se a Assembleia, maioritariamente, entender que dever ser votado conforme está eu aceito até porque estou aqui para cumprir com as vossas instruções. Se a Assembleia entender que devemos criar um grupo de trabalho para tentar melhorar e para consensualizar o mais possível, eu, pessoalmente, sou partidário dessa discussão, mas, como digo, esta é a minha opinião que é só uma e eu só tenho direito a um voto.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Pondo aqui a verdade das coisas: Na última Assembleia esse artigo, ou esse ponto, que estivemos aqui a falar foi discutido e ficou decidido que no próprio dia que era pouco para a Câmara poder ir buscar os documentos que fossem necessários.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também ficou aqui decidido que quem tivesse sugestões para o Regimento que as enviasse por *mail*. Como até hoje não foram enviadas, e como o Regimento está feito, acho que deve ir à votação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Penso que depois desta discussão, e parece-me que não é quem fala mais alto que tem razão, e acho que tem de haver alguma elevação da nossa parte, e parece-me também que temos que ter todos um bocadinho de contenção. Talvez seja o adiantar da hora que nos tenha levado a tomar determinadas atitudes.

Parece-me que o que o Sr. Presidente da Assembleia referiu, o facto de não estarem dois ou três pontos mas que constam da lei.

Eu proponho que esses sejam incluídos e que sejam votados, porque se não, não faz sentido tudo aquilo que está na lei que seja uma transcrição, porque então remetemos para a lei geral e só teríamos um Regimento com aquilo que não está na lei geral.

Se há uma transcrição de tudo o que está na lei faz todo o sentido que sendo posto à votação, seja posto à votação, incluindo esses pontos que fazem parte da lei geral.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Como digo, e dada a natureza do documento, acho que ele deve ser o mais consensual possível.

Parece-me que há uma opinião maioritária para se colocar à votação.

Quanto a mim, a criação dos grupos de trabalho era a melhor posição, mas há aqui posições que entendem que o Regimento deve ser votado e, por isso, vamos votar, contudo, a todo o tempo também se pode alterar o Regimento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, subscrevendo também a sua posição na íntegra, apelava ao Partido Socialista para que o Regulamento seja consensual e seja feito debaixo da vontade de todos.

Até para dar um ponto de ordem, dizer que eu subscrevo na íntegra as palavra do Sr. Eng.º. Maia, porque também sou completamente de acordo com a intervenção do público, mas para que exista aqui o espírito democrático e de consenso, e para que possamos fazer essa construção, apelava à Assembleia que nomeemos um grupo de trabalho e façamos um trabalho em conjunto. Estas coisas tratam-se sentando-nos à mesa, reunindo com um representante de cada partido e dialogando. Se calhar, até se poderiam chamar partidos que não estão representados nesta Assembleia mas que no futuro até possam vir a estar para que o Regulamento tenha alguma estabilidade e para que seja duradouro.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Muito bem. Mas, como deve calcular, essa solução não depende de mim, dependo do líder do Partido Socialista que já marcou a sua posição. A menos que ele mude de posição, como é evidente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta matéria que está em discussão devo dizer-vos, olhos nos olhos: Sr. Deputado Luís Lagos, quando posso estabelecer consensos, seja no que for, por mim não tem qualquer tipo de problema. Logo na abertura desta Assembleia nós estabelecemos aqui um consenso rapidamente e sem qualquer problema, sem qualquer distúrbio. Agora, também há uma coisa que eu lhe digo: Isto é uma questão de princípio e nós não somos ingénuos, nem eu sou. E não vamos brincar aos consensos e às unanimidades.

Nós temos um Ponto na Ordem de Trabalhos desta Assembleia para aprovar o Regimento.

A apreciação e discussão do Regimento já foi feita anteriormente nesta Assembleia. O Sr. Presidente disse a todos os intervenientes para apresentarem propostas. Vão ter tempo para apresentarem as vossas propostas. Apresentam-nas em devido tempo e desde que não seja contra a lei, para serem contempladas no futuro Regimento. Até ao início desta Assembleia nada aconteceu. Então e agora no meio da discussão é que vêm apresentar as questões? Ainda por cima questões que não são de somenos importância! São questões importantes que já foram anteriormente aqui debatidas nesta Assembleia. E estamos-nos a prender única e exclusivamente com dois artigos que têm a ver com a intervenção do público e com problemas que existiram nesta Assembleia. É isto que nós estamos a discutir. Desculpem lá! Tenham paciência!

Sr. Presidente da Assembleia, como Presidente da Comissão Política do Partido Socialista, não estou de acordo com qualquer criação de grupo de trabalho para analisar esta questão.

Temos um Ponto na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal que é para votar. As pessoas podem dizer aqui se são de acordo, ou não, com este ou com aquele ponto, mas é a opinião delas. A verdade é que está um Ponto na Ordem de Trabalhos desta Assembleia para aprovar o Regimento desta Assembleia Municipal para os próximos quatro anos.

Eu entendo que o Ponto deve ser posto à votação sem qualquer tipo de criação de grupo de trabalho.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Deduzindo eu que o Sr. Eng.º Carlos Artur representa vinte e oito votos aqui dentro e como está na Ordem do Dia que é para votar e havendo um consenso.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como digo isto tem regras. Se os Senhores Deputados quiserem apresentar as propostas à Mesa para votação nós temos que as votar nem que seja preciso ficar aqui até de manhã.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Propunha à votação a seguinte Proposta: Concordam com a votação do Ponto VIII nesta Assembleia ou na Assembleia seguinte?”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“ Eu penso que esta proposta limpa a responsabilidade da Mesa. E eu como digo, o que eu não quero é que fique aqui nenhuma ideia de parcialidade da Mesa.

A Mesa tem de cumprir com aquilo que é a vontade dos Membros da Assembleia.

Parece-me que toda a gente percebeu. O que o Sr. Dr. Luís Lagos propõe é que a votação deste Ponto VIII seja adiada e não seja feita hoje.

Para que não haja dúvidas o que nós vamos votar é a retirada de votação deste Ponto VIII que é o mesmo que dizer o adiamento deste Ponto VIII.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Obviamente que todas as proposta têm discussão, como é evidente. O Senhor é que é um principiante nestas coisas. Qualquer proposta é posta à discussão. Tenha lá paciência. Sr. Dr. Luís Lagos, desculpe lá, o Senhor é mais novo do que eu e eu também já cá ando há algum tempo e o Senhor não queira brincar com coisas sérias. Nós não somos ingénuos!

Quanto a esta proposta do Dr. Luís Lagos, obviamente que isto é um Ponto da Ordem de Trabalhos, e pelas posições que já foram tomadas, não só por mim como também por outros Deputados Municipais, obviamente que não estamos de acordo com que isto seja adiado para uma Assembleia Municipal futura.

A questão do Regimento já foi falada anteriormente e as pessoas tiveram muito tempo para apresentar propostas e não as apresentaram.

As propostas foram aqui apresentadas à última da hora, e no meu entender mal, e por isso nós não estamos de acordo com a retirada do Ponto VIII da Ordem de Trabalhos desta Assembleia.

Entendemos que este Ponto terá e deverá ser votado nesta Assembleia.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Muito bem! Então penso que não há nenhuma dúvida.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vamos votar o adiamento, ou não, da votação do Ponto VIII.”

Efetuada a votação, a proposta de adiamento da votação do Ponto VIII foi rejeitada por maioria, com vinte sete votos contra, uma abstenção e sete votos a favor.

Como a proposta de adiamento foi rejeitada, de seguida, e não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VIII - Aprovação, nos termos da alínea a), n.º 1, do artigo 26º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria, com oito abstenções.

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo duas horas e quarenta e cinco minutos do dia um de março de dois mil e catorze, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
_____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____